

PELA CARCAÇA SE CONHECE O BOI

Página 10

**O FIM DA
COOPERATIVA
DE CRÉDITO
DE AJURICABA**

Página 3

**CULTURAS
DE INVERNO
COM ÁREA MAIOR
NO MATO GROSSO**

Página 6

**O LEITE
AINDA VAI
DAR MUITO
O QUE FALAR**

Página 12

**OS DIREITOS
E OBRIGAÇÕES
DOS PATRÕES
E EMPREGADOS**

Página 8

COOPERATIVA REGIONAL TRITICOLA SERRANA LTDA.



Rua das Chácaras, 1513
Caixa Postal 111 - Ijuí, RS
Fone: PABX - (055) 332-2400
Telex: 0552199

CGC ICM 065/0007700
Inscr. INCRA N° 248/73
CGC MF 90.726.506/0001-75

ADMINISTRAÇÃO

Diretoria Executiva
Presidente:
Ruben Ilgenfritz da Silva
Vice-presidente:
Arnaldo Oscar Drews
Superintendente:
Clóvis Adriano Farina

Diretores Contratados:

Euclides Casagrande, Nedy Rodrigues Borges, Oswaldo Olmiro Meotti, Valdir Zardin, Rui Polidoro Pinto, Bruno Eisele, Renato Borges de Medeiros.

Conselheiros (Efetivos)

Waldemar Michael, Walter Luiz Driemeyer, Arnaldo Hermann, Telmo Roverno Roos, Joaquim Librelotto Stefanello, Reinhold Luiz Kommers.

Conselheiros (Suplentes)

Rodolfo Gonçalves Terra, Euclides Marino Gabbi, Constantino José Goi, Vicente Casarin, Ido Marx Weiller, Erni Schünemann.

Conselho Fiscal (Efetivos)

Antonio Bandeira, Rui Adelino Raguzzani, João Telló.

Conselho Fiscal (Suplentes)

José Carlos Vione, Antoninho Boiarski Lopes, Mário Hendges.

Capacidade em Armazenagem:

LOCAL	INSTALADA
Ijuí	164.000 t
Ajuricaba	33.000 t
Augusto Pestana	33.000 t
Chiapetta	60.000 t
Cel. Bicaco	40.000 t
Sto. Augusto - Sede	77.000 t
Sto. Augusto - Esq. Umbú	50.000 t
Ten. Portela	60.800 t
Vila Jóia	67.000 t
Rio Grande	220.000 t
Dom Pedrito	45.000 t
Maracajú - Sede	65.000 t
Maracajú - Vista Alegre	17.000 t
Sidrolândia	52.000 t
Rio Brilhante	29.000 t
Dourados - Sede	82.000 t
Itaum (Dourados)	26.000 t
Indápolis (Dourados)	17.000 t
Douradina	17.000 t
Caarapó	17.000 t
Ponta Porã - Posto Guaíba	42.000 t
Itaporã - Montese	17.000 t
Campo Grande - Anhanduí	17.000 t
Aral Moreira - Tagi	17.000 t
Bonito	17.000 t



COTRIJORNAL

Órgão de circulação dirigida ao quadro social, autoridades, universidades e técnicos do setor, no país e exterior.

Nossa tiragem: 18.500 exemplares

Associado da ABERJE



Associado da



Registrado no Cartório de Títulos e Documentos do município de Ijuí, sob número 9.

Certificado de marca de propriedade industrial M/C11 número 022.775 de 13.11.73 e figurativa M/C11 número 022.776, de 13.11.73.

REDAÇÃO

Christina Brentano de Moraes
Dária C. Lemos de Brum Lucchese
Moisés dos Santos Mendes

Composto no Jornal da Manhã, em Ijuí, e impresso no Jornal do Comércio, em Porto Alegre.

Ao leitor

O Brasil vem convivendo há tempos com uma contradição. Apesar de depender muito da pecuária, até agora não há no país mecanismos capazes de acelerar a melhoria zootécnica dos rebanhos, e de assim revisar muitas práticas envelhecidas de se lidar com o gado. E isso acontece, entre outras coisas, porque o boi ainda é avaliado no país pelo peso que tem, no momento que vai à abate. A qualidade de um animal de corte, que conta bastante em países nem tão desenvolvidos, como a Argentina, é requisito que aqui não se considera. Por tudo isso, a Cotrijuí vem desenvolvendo, ainda como experimento, um trabalho que poderá resultar no primeiro levantamento completo do tipo de gado que se abate em alguns municípios da Região da Campanha. Este trabalho, de classificação e tipificação de carcaças, pretende aperfeiçoar os critérios para avaliação dos chamados atributos de um animal de corte. E talvez represente ao mesmo tempo um estímulo às inovações que, por enquanto, não atingem muitos produtores, como a busca da melhoria do rebanho com novos cruzamentos e um manejo mais apurado.

Não foi possível evitar o fechamento definitivo da Caixa Rural de Ajuricaba. Com o processo de liquidação iniciado em 1974, só o que realmente resta é pagar as contas e avaliar o que aconteceu para que esta cooperativa de crédito fracassasse assim como tantas outras do País. Isto é o que se faz na matéria que inicia na página três, contando como aconteceu a assembléia de liquidação e as idéias que agora voltam a crescer entre os associados que acompanharam até o final o melancólico desfecho de todo o caso. Isto bem no momento em que o cooperativismo de crédito volta a viver momentos de entusiasmo, estruturado agora em outras bases, mais sólidas, e interligado às cooperativas de produção. Ao mesmo tempo que se buscam soluções em Ajuricaba, a direção de outra cooperativa de crédito que existe na região, a de Augusto Pestana, prefere andar com cautela para que não lhe aconteça o mesmo destino que selou a sorte das demais. Ela movimenta pouco dinheiro, mas agora tem planos de prestar serviços maiores. Mas também não pensa em crescer demais,

temendo que isto lhe tire a estabilidade dos dias de hoje.

As safras de inverno deverão ter um crescimento bastante acentuado no Mato Grosso do Sul. A área de plantio das principais culturas desta época - o trigo, a aveia e o alho - teve um crescimento espantoso se comparada com a de 1981. As razões desta ampliação devem-se principalmente aos bons resultados da safra passada, quando mesmo com geada forte se conseguiu colher trigo. A frustração da soja também teve seu peso, com os produtores pensando em recuperar os prejuízos com uma safra cheia no inverno. A situação das culturas e as esperanças dos produtores são contadas na página 6.

A assinatura, em Ijuí, do primeiro acordo trabalhista entre patrões e empregados do meio rural gaúcho repercutiu em todo Brasil. Na página 8 as cláusulas da convenção são bem detalhadas, numa tentativa de acabar com qualquer dúvida sobre estas normas que estabelecem os direitos e obrigações dos empregados e dos empregadores. Os interessados também dão sua opinião no assunto.

O leite tem sido assunto bastante comentado pelo menos desde setembro. Os produtores, organizados em torno dos sindicatos, estão preparados para uma paralisação, pois tudo o que vêm pedindo para que possam superar a crise no setor não está sendo atendido. Nem agora, com a edição de mais uma portaria da Sunab, o problema teve uma real solução. A portaria apenas elevou o preço do leite consumo, e sem que o valor alcançasse aquilo que é julgado justo pelos produtores. Nas páginas 12 e 13 se fala do que aconteceu sobre a questão do leite até a primeira semana de junho, e da organização, a nível estadual, da ainda possível paralisação.

O leite também é assunto no Mato Grosso do Sul. Ali, desde novembro a Cotrijuí também recebe o produto. A produção tem características completamente diferentes naquele estado, e muito ainda precisa ser feito para organizar o setor. Veja na página 14 como anda esta situação.

Do leitor

ASSINATURA

Vimos, através deste, solicitar a Vossa Senhoria a gentileza de nos enviar periodicamente um exemplar do jornal que essa repartição redige, pois tomamos conhecimento que o mesmo é de elevado nível e, assim sendo, será de grande utilidade para nossa escola. Aproveitamos também para cumprimentá-lo pelo trabalho que está sendo feito, e aguardamos manifestação de vossa parte.

Velcir Maria Beltrame
Diretora da Escola Estadual
Ibo Schmidt, de Guassupi
São Pedro do Sul - RS

VIDA DURA

Recebi carta de 22 de abril, dando conta do cancelamento de minha assinatura de cortesia. De minha parte, comunico que me é impossível arcar com as despesas de assinatura do Cotrijornal, porque a vida aqui tá dura irmão. Por isso, venho solicitar cancelamento da minha assinatura, desejando que o Cotrijornal continue no bom nível de informação e crítica que vem mantendo. Espero compreensão de vossa parte, desejando um bom trabalho em favor dos lavradores.

Hermes Miola
Barra - Bahia

ASSINATURA

Venho através desta solicitar informações sobre a maneira de receber o Cotrijornal, pois gostaria de recebê-lo mensalmente. Desde já agradeço a gentileza da atenção.

Antonio Ferracci Filho
Vila Mariana - São Paulo

CULTURAS

Por meio desta apresento-me a V. Sa. para solicitar um favor. Sou estudante do Colégio Agrícola São José, de Itapiranga, e no futuro pretendo ser técnico com o auxílio de V. Sa.. Preço enviar-me livros ou revistas sobre culturas ou mesmo

qualquer outro assunto. Caso seja agraciado com alguns livros ou revistas, ficarei muito agradecido, e talvez um dia possa recompensá-lo.

Nilson Leonir Friess
Itapiranga - Santa Catarina

MÁQUINAS AGRÍCOLAS

Tive o prazer de tomar contato pela primeira vez com o Cotrijornal na casa de um amigo que faz parte dos assinantes desta publicação. Muito me impressionou as informações publicadas na edição de março do corrente ano sobre a situação do setor de máquinas agrícolas.

A abordagem do assunto foi muito clara e completa, analisando com profundidade a questão da mecanização agrícola no País. Bem se vê que o agricultor é o último a se manifestar sobre os progressos da técnica na lavoura. Ficamos contentes com a evolução da tecnologia, mas não nos demos conta - a tempo - do preço que estaríamos pagando por ela. Meus parabéns, mais uma vez, pela publicação.

José Luiz Marques de Souza
Porto Alegre - RS

NR: a assinatura custa Cr\$1.000,00 por ano. Mande um cheque em nome da Cotrijuí - Cooperativa Regional Tritícola Serrana Ltda. - Rua das Chácaras, 1513, Caixa Postal 111, CEP 98700, Ijuí-RS.



FECHOU A CAIXA RURAL MAS A IDÉIA NÃO MORREU

Chegou ao final todo processo de liquidação da Cooperativa de Crédito Rural de Ajuricaba. Mas os produtores já pensam em voltar a ter o seu próprio banco.

Depois de quase oito anos, poucos acreditavam que a antiga Caixa Rural de Ajuricaba pudesse ressurgir. Mesmo que não estivesse ainda completamente extinta, ela iria, finalmente, ficar só na lembrança do pessoal do município, a partir do dia 13 de maio, quando aconteceu uma assembléia para tratar do fim da liquidação. Na mesma assembléia os associados, meio que incentivados por um representante da Cocrecer (Cooperativa Central de Crédito do Rio Grande do Sul), inventaram de discutir a possibilidade de Ajuricaba voltar a ter um banco dos produtores, e a idéia começa a evoluir.

Foram poucos o que apareceram na reunião, realizada na sede da Seasa. Havia umas 30 pessoas, mas destas apenas 12 eram associados. A presença reduzida deu pelo menos quorum para o encontro, ao contrário de outras vezes, quando as assembléias foram convocadas e não apareceram nem 10 produtores, que é o número mínimo necessário. Em pauta, estavam a prestação de contas do liquidante e último gerente da Caixa, José Pizzutti, e o pagamento das dívidas, para que as sobras do patrimônio fossem à leilão.

CONFUSÃO

Bem cedo os associados descobriram que nada poderia ser encaminhado com muita pressa. Afinal, a Cooperativa de Crédito Rural Ajuricaba Limitada, que tinha esta denominação quando começou a definir, estava em liquidação desde o dia 7 de novembro de 1974, quando uma assembléia decidiu que ela deveria ser fechada. Foram 17 os associados que participaram daquela reunião, e tudo isso foi lembrado no encontro do dia 13 de maio na Seasa.

O gerente José Pizzutti colocou umas 400 folhas de papel sobre a mesa, e começou o relato da liquidação. Não foi fácil para os produtores entenderem tudo o que havia acontecido desde 1974, e o próprio liquidante admitiu que a confusão era grande. Em outubro de 74, por exemplo, a contabilidade da Caixa dizia que existiam Cr\$ 13.172,00 em depósitos. No caixa real, que tem mesmo o dinheiro, Pizzutti foi descobrir que nada fechava. No fim, ele constatou que estavam faltando Cr\$ 21.836,30, e ninguém conseguiu uma explicação pra saber como isso aconteceu.

Lidando com contas a pagar, avaliação dos bens, devolução das quotas e dinheiro existente em conta corrente, Pizzutti teve que fazer fechar muitos números que não se encontravam. A desorganização era

grande, e a liquidação se arrastava. Enquanto isso, alguns produtores iam retirando o dinheiro em depósito ou as quotas de capital a que tinham direito, mas nem todos fizeram isso. Ainda hoje há uma lista com vários nomes de associados, que podem reclamar o pagamento de Cr\$ 200,00, referentes ao capital.

PATRIMÔNIO

Até poucos anos atrás, muitos desses associados receberam apenas Cr\$ 20,00, porque as quotas não eram atualizadas, e isso provocou algumas queixas durante a assembléia (veja ao lado). E teve até quem quisesse que todo o patrimônio da Caixa fosse repartido entre os sócios, sem saber que essa distribuição não pode acontecer. De acordo com a lei que disciplina as cooperativas, os fundos e reservas de uma empresa desse setor, que esteja em liquidação, devem ir para o BNCC (Banco Nacional de Crédito Cooperativo).

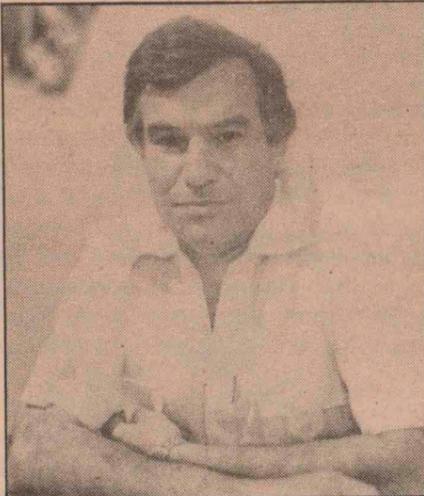
Assim, tudo o que sobrou da Caixa de Ajuricaba deve ser passado ao BNCC, depois do pagamento das contas. O patrimônio está avaliado em Cr\$ 604 mil, e a metade desse total fica comprometida com as dívidas. Só o liquidante vai cobrar Cr\$ 130 mil pelos serviços que realizou desde 74. Há ainda gastos com editais para convocação de assembléias, diárias, o trabalho do avaliador e até 439 quilômetros rodados pelo gerente em função da liquidação.

ENTUSIASMO

"Eu acho que os Cr\$ 130 mil são um preço razoável, mas hoje eu

não pegaria um serviço como este por menos de Cr\$ 400 mil", dizia Pizzutti, que contou ter usado dinheiro do próprio bolso, para lidar com o pagamento de credores e ex-associados. Os produtores aprovaram a prestação de contas do gerente, e ficaram de estudar o pagamento das dívidas, pois havia uma informação de que o patrimônio existente poderia ser absorvido por uma nova cooperativa de crédito.

No final de maio, eles descobriram, no entanto, que o registro da antiga Caixa já estava cancelado no Banco Central, e que agora só resta encerrar mesmo a liquidação, com o pagamento dos débitos e a destinação das sobras ao BNCC (Banco Nacional de Crédito Cooperativo). Mas uma nova cooperativa pode ser criada, inclusive com o antigo nome da que está sendo extinta, e é isso que os associados vêm discutindo. Tem gente entusiasmada com a idéia, que conta com o apoio da Cocrecer.



Pizzutti: contas aprovadas

Um fim melancólico

A Caixa Rural de Ajuricaba teve tantos nomes que, na assembléia do dia 13, quase ninguém sabia dizer ao certo com que denominação havia paralisado suas atividades. O gerente José Pizzutti recorda que ela começou a funcionar em 1952, seguindo o modelo das caixas rurais Raiffeisen, que existiam na Alemanha e serviram de exemplo para o cooperativismo de crédito que começou a se implantar no Rio Grande do Sul, no início deste século. Foi em 1972 que ela assumiu o nome de Cooperativa de Crédito Rural Ajuricaba, ajustando-se à legislação.

Sempre lidando com pequenos empréstimos, ela teria alcançado seu auge ali pelo início dos anos 70, quando chegou a ter 400 associados. Antes — segundo Pizzutti —, o movimento de dinheiro era bastante reduzido, e as contas passaram a ser reforçadas, em 72, com a transformação em cooperativa. Só que esse entusiasmo não durou muito. Já havia a concorrência dos bancos de Ijuí, e em maio de 74 Ajuricaba ganhou uma agência do Banrisul. Em novembro do mesmo ano os associados perceberam que não dava para continuar.

SOBROU POUCO

A Caixa estava, naquela época, com somente 80 produtores que movimentavam suas contas, e os empréstimos quase sempre eram pessoais, os chamados "pagaios". Havia ficado longe o tempo em que o banco emprestava recursos para custeios e pequenos investimentos, e o fim foi mesmo melancólico. Assim como trocava de nome, seguidamente, a Caixa trocava de sede, sempre emprestada, e o que sobrou foi pouco: um terreno, um cofre, um balcão e um armário.

O cofre, que já não guardava muito dinheiro, estava com a chave estragada e foi negociado em 1975 por Cr\$ 1.500,00. O terreno, avaliado várias vezes, agora está custando Cr\$ 600 mil. Com o balcão e o armário, o patrimônio soma Cr\$ 604 mil, e este seria o valor mínimo que a Cooperativa poderia arrecadar num leilão, que até o dia 13 de maio ainda não tinha data marcada. A Justiça iria leiloar estes bens, e o que fosse conseguido pagaria as contas. O resto seria destinado ao BNCC.



Desta vez se conseguiu quorum para realizar a Assembléia

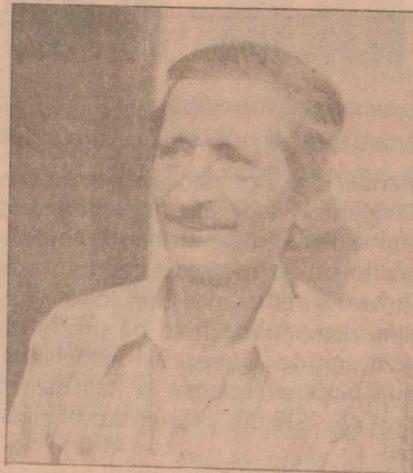
O capital voltou sem correção

Tudo o que o seu Antonio Marquesin ganhou da Caixa Rural de Ajuricaba, durante o tempo em que integrou seu quadro de associados, foram os Cr\$ 20,00 integralizados como capital, e que ele recebeu de volta quando a cooperativa entrou em liquidação. O agricultor estava inconformado durante a assembléia do dia 13, pois o dinheiro lhe foi devolvido sem reajuste nenhum, já que os estatutos não previam correção do capital. Ele não se cansou de pedir explicações para isso, pois recebeu os Cr\$ 20,00 de volta em 78, mais de 10 anos depois de ter ingressado como sócio.

"Eu quero saber por que entrei com 20 e só recebi os 20 de volta, e também acho que outras coisas devem ser explicadas", dizia seu Antônio. Ele queria saber do que restou de patrimônio, e pediu que alguém explicasse até o desaparecimento de uns 30 mil tijolos que

pertenciam à Caixa. Os tijolos foram depois esquecidos, porque "não podemos levar o assunto para trás", como disse outro associado, o seu Otávio Montagner, reconhecendo que muitas falhas aconteceram. A conversa devia ser levada pra diante, segundo Montagner e outros produtores presentes, mesmo que todos concordassem que aquela era a hora de se "lavar a roupa suja".

Mas, antes de seguir adiante, o assunto empacou no caso do seu Eugênio Ottonelli, que também tinha uma queixa a fazer. Acontece que seu Eugênio pagou Cr\$... 3.942,00 do próprio bolso, para cobrir uma despesa com o calçamento da rua Emílio Gross, onde está o terreno que pertence à Caixa Rural. Isso ocorreu em maio de 76, e ele — que foi o último presidente da Cooperativa — queria ser recompensado, "mas com correção monetá-



Antonio Marquesin: só os Cr\$ 20,00 de volta



Eugênio Ottonelli: calçamento saiu do bolso

ria". O contador José Pizzutti fez as contas ali mesmo, para saber a quantia a que seu Eugênio tinha direito. Botou correção monetária em cima do valor pago em 76, e chegou a esta cifra: Cr\$ 29.949,20. Os

associados entenderam que o reajuste deveria ser concedido, e essa pode ser a compensação que o antigo presidente vai receber. Eugênio teve mais sorte do que Antonio Marquesin, mas esperava mais um pouco, ou seja, uns Cr\$ 40 mil.

Sobreviver isolado é romantismo

A idéia de que uma caixa rural pode ressurgir e sobreviver isoladamente, no meio de um sistema bancário bastante competitivo, já faz parte do romantismo do passado. Com apenas o esforço de um pequeno grupo de produtores e a improvisação de anos atrás, nada será conseguido. Essa situação nem chega a ser uma novidade, mas pode ser esmiuçada, para que ninguém espere que as caixas ressurgam e, milagrosamente, resolvam todos os problemas de crédito enfrentados pelo produtor.

Essa questão foi bem enfatizada pelo gerente de Crédito Rural da Cocecrer, Ademar Schardong, que participou da assembléia do dia 13 em Ajuricaba. Schardong relatou as experiências da Central — que existe desde o ano passado — e até estimulou os produtores a reerguerem a Caixa em liquidação, com a criação de uma nova cooperativa de crédito. Mas fez questão de lembrar, várias vezes, que os resultados disso não serão imediatos, e que tampouco as cooperativas poderão concorrer com os bancos.

"De jeito nenhum a Central apoiará a criação de uma cooperativa de crédito que não esteja ligada a uma cooperativa de produção", disse ele, apontando esta como a condição inicial para que qualquer projeto possa evoluir. As novas caixas devem, portanto, surgir com o respaldo das cooperativas agropecuárias, porque será em função destas que haverá a formação do bolo de recursos necessários para viabilização da idéia. Assim, as caixas assumirão, por exemplo, a tarefa de efetuar pagamentos de leite, suínos, soja e outros produtos, movimentando boas somas.

LUCRO FICA COM PRODUTOR

Quanto maior for o volume de dinheiro em circulação na cooperativa de crédito, mais forte ela será. Considerando-se apenas uma parte dos recursos movimentados pelas cooperativas de produção, as caixas podem contar com depósitos bem expressivos, pois o dinheiro estará sempre entrando e saindo. E uma aplicação cuidadosa dessas verbas oferece retornos, na forma dos juros dos empréstimos concedidos, que depois são rateados, ao final de cada exercício, entre os associados.

"O lucro não será do banqueiro, mas do produtor", disse Schardong, que falou também sobre a constituição de uma nova cooperativa. O processo, que deve ter a homologação do Banco Central, depois de elaborado por decisão de uma assembléia, pode ser aprovado em menos de dois meses, e a Cocecrer cuida dessa burocracia. Há inclusive estatutos padronizados, que já foram utilizados para criação de muitas das novas cooperativas.

O capital inicial pode ser formado com base na renda de cada produtor, com um percentual sobre o que ele comercializou no ano anterior. Anualmente, de acordo com esse mesmo critério, o capital é reajustado. No início, para não gastar com muito investimento, a cooperativa pode utilizar as instalações de uma cooperativa de produção, e contar inclusive com o auxílio do pessoal existente. Mas isso não quer dizer que a caixa deve desprezar gente especializada para cuidar de sua administração.

SALVANDO AS SOBREVIVENTES

A participação desse pessoal



Ademar Schardong: a formação do bolo

preparado para as funções, e até a inclusão de um dos dirigentes da cooperativa de produção na diretoria da caixa de crédito são recomendadas pela Cocecrer. Schardong ressaltou que nada é complicado, e prova disso são as cooperativas de crédito existentes hoje no Estado. Até 1981, quando a Central começou a operar, o Rio Grande do Sul tinha apenas 9 caixas. Na metade da década de 70 elas eram 38, e há uns 20 anos atrás o Estado chegou a ter mais de 60 caixas.

Poucas sobreviveram por causa da reforma bancária implantada no Brasil a partir de 64, e que estimulou o crescimento dos bancos particulares. Mas em 79, o vice-presidente da Fecotrigo, Mário Kruehl Guimarães, entendeu que as sobreviventes poderiam ser salvas. Foi aí que amadureceu a idéia de criação da Central, e foram surgindo as novas cooperativas. Das 53 existentes atualmente, 46 estão autorizadas a

funcionar, e 35 já estão operando. Segundo Ademar Schardong, as filiadas da Cocecrer têm atualmente cerca de 25 mil associados, e movimentam em torno de Cr\$ 150 milhões em depósito. Ainda é pouco, mas a Central prevê, para daqui a cinco anos, o funcionamento de mais de 50 cooperativas no Rio Grande do Sul, e então "teremos um sistema de cooperativismo de crédito rural finalmente implantado". Só com essa rede é que o setor terá representatividade e talvez consiga mudar alguns aspectos da legislação, que ainda limitam as atividades das cooperativas.

HÁ MUITO O QUE ANDAR

Mesmo que não contem com a mesma autonomia dos bancos particulares e não lidem com grandes volumes de dinheiro, as caixas podem crescer, segundo o gerente da Cocecrer. Por enquanto, o sistema ainda tem muito o que andar, para que um dia possa ser comparado, por exemplo, ao crédito cooperativo de países desenvolvidos, como é o caso da Alemanha, que tem mais de três mil caixas rurais. Estas caixas já emprestaram dinheiro até para Itaipú, a hidrelétrica que Brasil e Paraguai construíram no rio Paraná.

"Mas precisamos crescer, para que tenhamos uma central no Brasil, e todo o país seja minado de caixas", disse Schardong. Se ninguém se preocupar com resultados imediatistas, como juros baixos e empréstimos facilitados, essa meta talvez não esteja tão longe de ser alcançada. Se isso acontecer, como salientou o representante da Cocecrer, o produtor brasileiro terá, finalmente, condições de "gerar e administrar seus próprios recursos, e com isso se auto-financiar".

Cooperativa Pestanense: pequena mas estável



Evaldo Koester e Lourenço Winckelmann: ir com cautela

Não deixar de funcionar, mas também não avançar demais. Esta pode ser uma síntese do comportamento que a Cooperativa de Crédito Rural Pestanense, de Augusto Pestana, vem adotando desde maio de 1925, quando foi fundada. Ela foi uma das poucas cooperativas de crédito sobreviventes do Estado, e agora, quando se fala em grandes planos para o setor, o pessoal da Pestanense prefere ser bem cauteloso. Por isso, ali não se fala, por enquanto, em repassar recursos do Banco Central para custeio agrícola, ou em investimentos que podem não dar certo.

A Pestanense pode não oferecer grandes coisas, em termos de crédito, mas tem estabilidade. Gira só com o dinheiro dos depósitos de seus 850 associados, não apresenta prejuízo, tem apenas um funcionário e sua sede é própria. No ano passado, por exemplo, a Cooperativa movimentou Cr\$ 74 milhões e 423 mil em depósito; concedeu 267 empréstimos, num total de Cr\$ 4 milhões 392 mil; e terminou o exercício com um capital social de Cr\$ 729 milhões. A sobra líquida foi de Cr\$ 72.332,00, mas a assembleia decidiu não distribuir esse dinheiro entre os associados: daria muito pouco para cada um.

SEMPRE LEVA

O presidente da Pestanense, Evaldo Koester, lembra que a Cooperativa desaperda os produtores que precisam de algum complemento de custeio ou empréstimo pessoal. "Se o associado vem trabalhando com a Cooperativa, ele nunca sai daqui sem levar nada", diz o seu Evaldo. Em 81, a média dos empréstimos foi de Cr\$ 17 mil, com taxas de 42 por cento para custeio, e 45 por cento para o chamado "papagaio".

Este ano, o juro de custeio está nos mesmos 42 por cento, ou seja, três pontos abaixo do cobrado pelo crédito rural. O empréstimo pessoal pulou para 80 por cento, mas mesmo assim ficou bem abaixo das taxas de mercado, que passam dos 100 por cento. Talvez seja em função desses empréstimos, que podem não representar grande volumes, mas têm juros acessíveis, que 40 a 50 por cento dos 850 associados sempre estão movimentando

suas contas na Pestanense.

Todo o trabalho de balcão e lançamento contábil é realizado pelo seu Lourenço Winckelmann, o gerente, funcionário da Cooperativa há mais de 20 anos. Seu Lourenço faz tudo manualmente, na ponta do lápis, e nisso conta com a ajuda do seu Evaldo. Às vezes, eles retornam à noite para a Pestanense, e ficam até perto da meia-noite lidando com fechamento de caixa, lançamento nos fichários. "Se faltar dois cruzeiros, temos que achar onde está a diferença e fazer fechar, pois com número tudo fecha", diz o seu Lourenço.

MAIS CAPITAL

Acostumado a este serviço, talvez no ano que vem o gerente ganhe uns aparelhos que vão mecanizar a contabilidade da Cooperativa, facilitando um pouco o trabalho. Parte desse equipamento já foi comprada, e quando entrar em funcionamento as anotações não mais serão feitas a caneta. Mas grandes gastos não estão nos projetos da diretoria. Os planos agora são outros, como conta seu Evaldo.

Na assembleia realizada em março, e que aprovou as contas do ano passado, ficou decidido que haverá uma campanha para aumento do capital social. Os associados estão sendo convidados a integralizar um valor que complete Cr\$ 5 mil de quota. Atualmente, a participação no capital fica, em média, em menos de mil cruzeiros. A Pestanense pretende encher seu cofre, e contar com mais associados. Até o dia 20 de abril, havia 20 novos sócios, e a tendência, segundo seu Evaldo, é de sempre aumentar o quadro social, como vem acontecendo nos últimos anos.

A Pestanense pode não voltar à época em que não só o produtor, mas quase toda sua família, tinham contas na Cooperativa, mas o presidente e o gerente garantem que ela não irá nunca definir, como aconteceu com tantas outras. Hoje, já não há poupança para os filhos dos associados, porque o Banco Central não permite. Mas quem duvida que, um dia, ela volte a financiar a compra de pelo menos uma colônia de terra? "Talvez até isso aconteça", diz seu Evaldo, lembrando os tempos bons dos anos 50 e 60.

Um projeto para corrigir distorções do enquadramento

Um projeto de lei, que há uns quatro anos estava engavetado no Congresso, foi finalmente aprovado pela Câmara Federal, em Brasília, e poderá atender uma antiga reivindicação dos pequenos produtores gaúchos. O projeto, de autoria do deputado Nelson Marchesan, trata do enquadramento sindical e previdenciário de empregadores e trabalhadores rurais, e corrige — segundo seu autor — algumas distorções nos critérios que definem o que é empregador e o que é trabalhador.

Decretos leis de 1969 e 1971, que criaram a figura do módulo rural para fins de enquadramento, terminaram provocando a ligação de minifundiários sem empregados aos sindicatos dos empregadores. É que, de acordo com esses decretos (veja o Cotrijornal de fevereiro), só é considerado trabalhador rural quem tem área de terra inferior a 25 hectares, no caso das regiões de soja e trigo. Isso determinou, segundo a Fetag (Federação dos Trabalhadores na Agricultura Gaúcha) um esvaziamento, inclusive financeiro, dos sindicatos de trabalhadores, que congregam pequenos proprietários.

Agora, o projeto aprovado pela Câmara extingue com a figura do módulo, e estabelece que só é empregador quem realmente tem empregados. Diz também que não perde a condição de trabalhador rural o produtor que, cuidando de sua terra em regime de economia familiar, empregue eventualmente algum diarista. Só será empregador realmente quem tem empregados efetivos, com vínculo permanente.

ESVAZIAMENTO

Segundo a Fetag, era isso que os pequenos produtores aguardavam há bastante tempo, e o projeto tem o apoio da federação, dos sindicatos de trabalhadores do Estado e até da Contag, que é a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. Assim, os minifundiários voltarão a ter ligação sindical com as entidades de trabalhadores, e se corrige, segundo a Fetag, uma falha que se arrasta há mais de década.

Dirigentes sindicais gaúchos já encaminharam manifestações de apoio às mudanças propostas na legislação, já que resta ainda a apreciação da matéria pelo Senado Federal. Ao mesmo tempo, os empregadores, liderados pela Farsul (Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul) também se manifestam, por sua vez, contrários às alterações. Acontece que, com a aprovação da nova lei, as contribuições sindicais dos pequenos produtores passarão a ser absorvidos pelas entidades que congregam os trabalhadores rurais.

De acordo com a Farsul, a situação irá então se inverter. O esvaziamento dos sindicatos patronais, em termos de arrecadação e de representatividade, seria inevitável. A Federação anuncia até que, dos 94 sindicatos gaúchos hoje por ela abrangidos, sobrariam apenas 40. E sua receita se reduziria em 45 por cento. Estes argumentos, que já foram analisados pela Câmara, no início de maio, serão agora levados em conta pelos senadores.

No posto de saúde se quer a prevenção das doenças



A inauguração do posto de saúde coincidiu com os festejos da emancipação

Os moradores da localidade de Pinhal e outros núcleos próximos, no interior de Ajuricaba, já estão contando com os serviços de um posto de saúde, desde o dia 29 de maio. A inauguração do posto, pelo secretário estadual da Saúde e Meio Ambiente, Germano Bonow, foi o desfecho de um movimento liderado por produtores e esposas e filhas de associados da Cotrijuí. Desde julho do ano passado, eles vinham encaminhando o assunto, sempre enfatizando que a comunidade espera um atendimento prioritário na área de saúde pública.

A inauguração aconteceu no mesmo dia em que Ajuricaba comemorava seu 16º aniversário de emancipação. Muita gente falou sobre o movimento que resultou na instalação do posto, e os serviços que serão prestados. Falaram o prefeito Geraldo Sperotto; Noemi Huth,

do departamento de Comunicação da Cotrijuí; o vereador João Adorian, que foi um dos responsáveis pelo encaminhamento da reivindicação às autoridades; o secretário Bonow; o deputado Rubi Diehl, representando o governador Amaral de Souza; e o padre Wunibaldo.

O posto, que está localizado na praça de Pinhal, prestará atendimento funcionando como uma extensão do Centro de Saúde de Ajuricaba. A comunidade, que deverá participar da definição de prioridades, quanto à assistência a ser prestada, já se manifestou, através de levantamento realizado por estagiários da Enfermagem da Fidene, que pretende contar com a atenção especial à prevenção de doenças. Isso será, aliás, discutido em reuniões, em conjunto com o pessoal do posto, cujo prédio foi cedido pela Cotrijuí.

A LAVOURA CRESCER NESTE INVERNO

O bom resultado da safra passada e ainda a frustração da soja pesaram na decisão dos produtores aumentarem suas lavouras.

A área de trigo triplicou este ano na lavoura de Flávio Costa Beber, de Lagunita, Ponta Porã. No lugar dos 120 hectares do ano passado, agora ele terá 380 para colher. Flávio ficou animado com o resultado da safra anterior, quando mesmo com geadas conseguiu uma média de 30 sacos por hectare. Não foi só isto, porém, que pesou na sua decisão de ampliar nesta intensidade sua área de plantio. Ele também acredita que o preço do produto, fixado agora em dólares, possa ser compensador, "porque esta é a moeda que do mesmo está sempre comandando aqui no Brasil".

Há cinco anos que ele está na região (vindo de Ijuí) e sempre investiu no trigo, mesmo reconhecendo que a lavoura é um tanto perigosa, correndo o risco de frustrar por causa de uma geada, coisa comum em Ponta Porã:

— A gente tem que arriscar, porque não pode deixar a terra e o maquinário parado.

Nos seus 1.070 hectares ainda será formada uma pequena lavoura de aveia. Em 10 hectares ele pretende assegurar "uma pastagem mais fresca para os animais. A área é pequena, que também o gado é pouco, 250 cabeças, mas não se pode deixar os animais sem o que comer".

A idéia de uma área de aveia ele trouxe do Sul, mas primeiro quis observar a experiência de outros plantadores para ver se a planta também se adaptava à região. Além do pastoreio quer aproveitar a aveia para produzir semente, "que é difícil agora de encontrar, pois a procura é grande e a produção é pouca".

DILATAR AS ÉPOCAS

Tanto o Flávio, como outro plantador de trigo da região, Antonio Carlos Abbot, com 500 hectares reservados para lavoura de trigo em Aral Moreira, se queixam das épocas recomendadas para o plantio. O Antonio afirma que a prorrogação de prazo, concedida em caráter excepcional este ano, deve se tornar uma prática corrente:

— Este prazo, para a região de Ponta Porã, Aral Moreira, deve ser dilatado sempre até o dia 5 de junho. Pela determinação do Banco, garantindo assim a cobertura do Proagro, nosso prazo de plantio vai de 10 de abril a 5 de maio. E isto ainda é arriscado, pois está comprovado que aqui ocorre geada todo o ano.

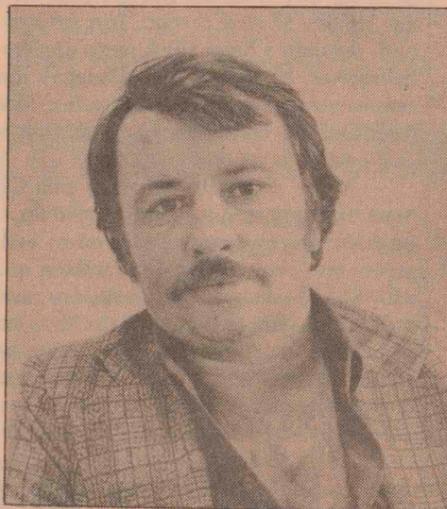
O Flávio complementa:

— Mesmo que se esteja só a 120 quilômetros de Dourados, o clima em Ponta Porã é muito diferente. Aqui é muito parecido com o Rio Grande, e sempre tem geada.

O Antonio Carlos tanto acredita



Flávio Costa Beber: o dólar comanda



José Vicente Costa Beber: VBC insuficiente

que o trigo plantado no tarde fica mais garantido, que reservou uma área de 100 hectares que terminará de ser plantada apenas em cinco de julho, "que assim fujo da geada". Ele arrenda 1.500 hectares e, mesmo arriscando, prefere plantar trigo do que deixar toda terra em pousio, "que isto não vale a pena".

CUSTEIO INSUFICIENTE

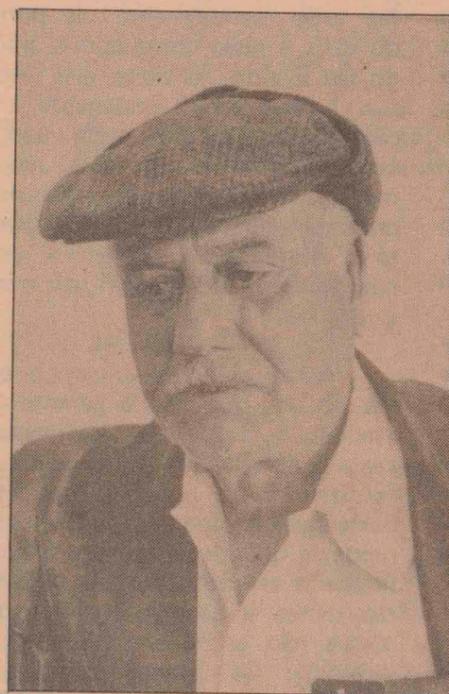
Não fosse os arrendamentos muito caros, José Vicente Costa Beber, primo de Flávio, também teria aumentando sua área de plantio de trigo. Ele formou a mesma área da safra de soja, 150 hectares, plantando em datas diferentes para facilitar o trabalho de colheita. Ele tem 220 hectares em Lagunita, e esta é a segunda vez que planta trigo no Mato Grosso do Sul, isto em sociedade com Enio Luiz Sartori:

— O financiamento saiu numa época boa e o trigo que já foi plantado está muito bonito. Problema agora, só se gear quando estiver cacheando. Do contrário acredito que vamos colher bem.

Ele é classificado como médio produtor, tendo, assim, direito apenas a 70 por cento do VBC (Valor Básico de Custeio), o que achou insuficiente para formar a lavoura. Foi preciso desembolsar dinheiro para caprichar no plantio do trigo.



Alfredo Fritz: fé na produção de trigo e aveia



João Manuel Cardinal: salvar os animais

O seu primo, Flávio, que entra como grande produtor, também se queixa desta redução na liberação de verba:

— Eu ganhei 50 por cento do VBC, o que se gasta só para comprar a semente e o adubo. E o resto? Aqui nós temos que usar sempre fungicida, que varia muito a temperatura, o que encarece o custo da lavoura. Ainda o custeio não cobre gastos com óleo diesel, empregados, desgaste das máquinas, etc. Como fica então a situação?

FÉ NA PRODUÇÃO

"Se a terra está à toa, a gente arrisca e planta", conta o seu Alfredo Fritz, proprietário da Fazenda Santa Hilda, em Dourados. Mas ele não quis arriscar mais no trigo que ano passado, formando os mesmos 100 hectares. Ele tem fé na produção, mesmo que a colheita passada não tenha dado nem para pagar as despesas:

— Primeiro a broca comeu e depois, onde estava o melhor trigo, a geada matou. Agora o tempo corre bem e espero colher melhor.

Ele lembra que em 10 anos de

Mato Grosso ele plantou exatamente cinco vezes uma lavoura de trigo.

— Os primeiros dois anos não deu nada. Aí falhei um tempo, que o pepino chegou demais.

Ele tem exatamente 100 hectares de propriedade, mas arrenda outros 127 para expandir a atividade agrícola. Neste inverno, por exemplo, ele planta também aveia, com dois objetivos: pastoreio do gado e sementes. Dependendo do preço, ele até pensa em vender alguma coisa de semente, mesmo que seu objetivo principal seja contar com forragem para alimentar os animais.

Sua esposa, dona Hilda, acredita bastante no sucesso da aveia, "que aguenta geada, bastante seca e também é durável, o que é bom para o produtor". Parte da aveia dos Fritz está numa área experimental, implantada sobre uma pastagem consorciada de milho e lab-lab, duas forrageiras de verão, e ele pretende ver como será o comportamento da pastagem depois do pastoreio.

EXPERIÊNCIA COM AVEIA

Pela primeira vez o seu João Manuel Cardinal, de Ponta Porã, plantou aveia em sua vida. Foram apenas 15 sacos para experimentar "e ver se eu gosto". Ele só plantou aveia preta, porque a experiência de conhecidos indica que é a variedade que mais resiste ao pisoteio. Seu João lida mais com gado do que com lavoura, e andava preocupado com a alimentação de suas 2.500 cabeças:

— No inverno a gente perde alguns animais pela falta de um pasto. Com esta aveia espero salvar pelo menos alguns que adoçam.

Normalmente ele planta apenas pastos de verão, e ainda soja e arroz. O trigo não entrou nos seus planos:

— À área de soja eu deixo sem plantar no inverno, mas não tem perigo de erosão que a terra é toda plana. O tradicional mesmo para mim é o gado, que é muito mais tranquilo que a lavoura. Se ganha menos, mas também se gasta menos.

A segurança do alho irrigado

O rendimento dos dois hectares de alho que plantou no ano passado, foi a maior razão para Yoshiyuki Shirota, da Linha Barreiro, em Indápolis, aumentar a lavoura nesta safra para uma área de três alqueires (quase oito hectares). E não é de estranhar: sua colheita, no ano passado, chegou a 20 toneladas. O produto foi vendido ainda úmido, sem limpar a terra dos bulbos, por uma média de Cr\$ 200,00 o quilo.

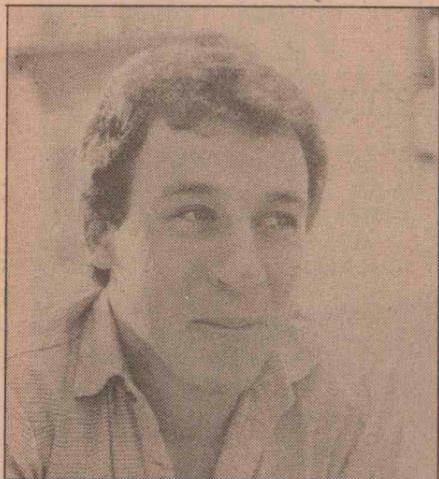
A boa colheita ele garantiu com a irrigação artificial de toda área, comprando um equipamento que no passado já lhe custou mais de Cr\$ 1 milhão. Para ele, pelo menos, o investimento valeu a pena, "que alho muito dá dinheiro".

Os oito hectares deste ano foram plantados com uma máquina alugada:

— Vem aqui um japonês de Mogi, de São Paulo, e planta tudo. Cobrou Cr\$ 18 mil o hectare.

Ele preferiu plantar com máquina que a área era muito grande para os empregados semear. Além disso, no ano passado ele não pode acompanhar o plantio, que foi todo manual, e a lavoura ficou povoada demais.

Para esta safra ele anda calculando uma média de 7.000 quilos por hectare, isto porque plantou mais a rala a semente. No início, a lavoura sofreu a concorrência de inços, mas Yoshiyuki preferiu não aplicar herbicidas, pois tem muita gente disponível na propriedade de 82 alqueires: são cinco famílias de empregados, que ficam



Fernando Pietramale: garantia a mais

praticamente sem atividade nesta fase da lavoura de trigo.

A lavoura é toda da variedade "Chinês", um alho que tem quase o dobro de volume em comparação com outras variedades. Junto com a "Amarante", tem sido a preferida pela região.

A ÁGUA É GARANTIA

Outra lavoura irrigada é a de Fernando Pietramale, que arrendou 10 dos 750 hectares do pai, em Dourados, garantindo que vai conseguir uma renda muito boa. Experiência com a lavoura ele tem desde 78, mas sempre numa área pequena, de até um hectare:



Yoshiyuki Shirota: investimento vale, que alho muito dá dinheiro

— Este ano resolvi expandir, pois quanto mais o tempo passa, mais se deve aumentar a área, e não diminuir.

O investimento com irrigação, feito para esta safra, chegou a Cr\$ 2 milhões, mas ele achou uma necessidade: "o alho necessita de clima seco, como nós temos aqui, mas a água é uma garantia a mais, pois onde não chove, quem tem irrigação colhe com certeza". O equipamento todo, ainda será usado para irrigar áreas de feijão e milho.

Toda lavoura é de alho Amarante. Ele pretendia plantar uma parte com o Chinês, mas não conseguiu semente. Fernando calcula que só o trabalho de preparo da semente e plantio, envolveu por mais de um mês entre 30 e 40 pessoas. Na colheita ele está pensando em aproveitar uma máquina que está desenvolvendo junto com um amigo, para evitar atraso e quem sabe

até uma queda na produção, estimada em 7.000 quilos por hectare:

— É que se plantou com máquina, e assim, arrancando a mão, ficam alguns dentes presos na terra, pois na hora de plantar uma semente fica mais funda do que a outra.

Antes do plantio, Fernando fez um tratamento preventivo para a semente, usando um produto específico que misturava fungicidas com inseticidas. Ainda fez uma aplicação, em cada hectare, de 120 quilos de sulfato de magnésia, 16 quilos de bórax, 1.200 quilos de adubo (da fórmula 4-16-8) e 10 quilos de sulfato de amônia. De semente ele colocou 600 quilos por hectare, e protegeu toda área com palha de arroz, procurando assim conservar a umidade do solo:

— Planto alho porque acho que é um dos produtos mais rentáveis, mesmo que exija muita mão-de-obra.

Um ano de menos terras ociosas

Neste ano menores áreas de terra do Mato Grosso do Sul ficarão ociosas durante o inverno. Os produtores estarão plantando mais trigo, mais aveia e também mais alho, as culturas anuais de maior importância durante este período. O trigo passou de uma área de 80.420 hectares em 1981 para 132.630 hectares este ano, o que representa o considerável aumento de 64 por cento. O alho cresceu de 258 hectares para 520 (aumento de 101,5 por cento) e a aveia realmente estourou qualquer estimativa: no lugar dos 2.300 hectares plantados no ano passado, os produtores sul-mato-grossenses terão formado 6.800 hectares nesta safra, plantando assim uma área 195,6 por cento maior.

Esta reação, traduzida pelo aumento nas áreas de planta, não é muito difícil de ser explicada. O agrônomo Natal Marchioro, coordenador técnico da unidade Dourados, resume as razões que motivaram os produtores a formar suas lavouras de inverno:

RECUPERAR A SOJA

— A quebra da produção de soja, que ficou entre 20 e 25 por cento, é em parte responsável pelos investimentos na lavoura de trigo. Além disso, no ano passado, depois da gada de julho, muitos produtores estimavam prejuízo total da lavoura de

trigo, o que não ocorreu pois muitas áreas conseguiram se recuperar, permitindo colheitas que permitiram até mesmo pagar os financiamentos.

O incentivo oficial para o trigo com a fixação de valores razoáveis para o custeio, e ainda a perspectiva de um bom preço fixado em 250 dólares a tonelada, (veja no Cotrijornal do mês de março) também teve um certo peso na tomada de decisão. Além disto tudo, o Natal ainda aponta outro aspecto:

— Com o excesso de chuva que ocorreu em fevereiro, a lavoura de soja ficou muito inçada, e os produtores resolveram lavar a terra para eliminar os inços. Como teriam que preparar do mesmo solo, também acharam melhor cobrir a terra com trigo.

LUCRO NO ALHO

O aumento na área de plantio de alho também é explicada pelo bom resultado de safras anteriores. E esta lavoura normalmente não enfrenta maiores perigos a ponto de comprometer a produção no Mato Grosso. Isso até é fácil de explicar, pois na época de desenvolvimento da planta — no inverno — não é comum se registrar períodos chuvosos, o que evita o aparecimento de moléstias prejudiciais ao alho. A falta de chuva, em muitas lavouras é compensada por irrigação artificial. O que tam-

bém pesou bastante na expansão desta lavoura é o preço do produto. Numa pequena unidade de área, o produtor consegue um resultado econômico muito mais elevado do que numa grande lavoura de trigo. Pelo trabalho que exige, porém, é uma lavoura restrita aos produtores que possam dispor de bastante mão-de-obra e, por esta razão, indicada para as pequenas propriedades.

ALTERNATIVA PARA O GADO

Já o aumento de 200 por cento na área de plantio de aveia é explicado pelo interesse de vários produtores em experimentar o desenvolvimento da cultura no solo sul-mato-grossense. Eles procuram uma alternativa de alimentação para seu gado, que pasta normalmente num campo seco durante o inverno. O crescimento mais expressivo vem sendo verificado nas áreas onde existe maior dedicação à pecuária leiteira, tanto com o objetivo de formação de pasto como de produção de semente. E foi exatamente pela falta de semente que a lavoura não cresceu ainda mais este ano.

BOAS PERSPECTIVAS

Mesmo sendo ainda cedo para qualquer análise sobre o comportamento das lavouras, existe a esperança de se colher uma boa safra este ano, especialmente no caso do trigo. A perspectiva, como lembra o agrô-

nomo Natal, é que se consiga maior rendimento, isto pela incorporação de muitas áreas de cultura para a lavoura de trigo:

— No ano passado, as variedades mais procuradas eram a BH 1146 e IAC-5. Agora elas foram superadas pela Inia e Anauac, que são variedades mais indicadas para terra de cultura, onde pela fertilidade natural do solo e capacidade de retenção de água, as probabilidades de sucesso na lavoura de trigo são bem maiores.

Outro aspecto que pode pesar é uma instrução do Banco do Brasil que permitiu retardar a época de plantio para alguns dias após as recomendações da Embrapa. Como houve um período muito seco na época em que iniciou o plantio — e, além disso, um atraso na liberação das verbas de custeio — foi dilatado o prazo, com a garantia de cobertura do Proagro, que encerrava em cinco de maio, para o dia 10 de junho. Como as gadas mais fortes normalmente ocorrem no mês de julho, a lavoura formada mais tarde pode ainda escapar de uma frustração.

O caso é que existe lavouras plantadas nas mais diversas épocas. Tanto que já no início de junho existiam algumas lavouras prontas ou quase prontas para colher na região de Dourados, onde está a maior área de trigo do Mato Grosso do Sul.

AGORA O TESTE NA PRÁTICA

A Delegacia Regional do Trabalho já aprovou, sem qualquer alteração, todas as cláusulas da primeira convenção coletiva, assinada no dia 11 de maio pelos sindicatos rurais de empregadores e trabalhadores de Ijuí. Agora, este acordo vai ser realmente testado na prática, com valor retroativo, ou seja, vigorando desde o dia 1º de maio. Há muita gente interessada nessa experiência, que reforça obrigações e direitos trabalhistas previstos na legislação, e introduz algumas novidades capazes de melhorar as relações entre empregados e empregadores.

A repercussão desse acordo foi tanta, que ganhou espaço para divulgação nos principais jornais do país. Esta foi a primeira vez no meio rural do Estado que se colocou no papel uma série de normas de interesse das duas partes, e por isso talvez a convenção ainda provoque algumas dúvidas. Na verdade, o acordo é quase uma cópia dos mesmos acertos que há bastante tempo empregadores e empregados da cidade vêm fazendo, anualmente, para que deveres e direitos fiquem bem claros.

DESINFORMAÇÃO

Quem, afinal, sabe que o trabalhador rural tem direito a dois reajustes salariais por ano, como já acontece na cidade? E que ele pode cumprir 48 horas semanais de serviço, ganhando como extras as ho-



O acordo de trabalho foi assinado no início de maio

ras trabalhadas além desse limite? São poucos mesmos os empregados que conhecem seus direitos, e também não são muitos os empregadores que podem se declarar como bem entendidos em legislação trabalhista.

Segundo Reinholdo Kommers, presidente do sindicato patronal, o desconhecimento de muitas questões inicia até no preenchimento de recibos. Alguns patrões não especificam nos comprovantes o que o trabalhador recebe de salário, férias e horas extras, colocando apenas um valor. Isso pode prejudicar tanto o patrão como o empregado, e depois causar transtornos, no mo-

mento em que ocorre, por exemplo, a dispensa do trabalhador.

Kommers acha que essa desinformação faz com que os empregadores, em muitos casos, deixem de contratar empregados, para não correr o risco de problemas com a justiça. Ele lembra que o meio rural ainda não tem uma legislação própria, que deixe bem esclarecidas as relações trabalhistas, e por isso ressalta a importância do acordo. "O trabalho rural é regido pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), que pode ser boa para tratar de questões da cidade, mas não está adequada ao serviço na lavoura", diz o presidente do sindicato.

SEGUIR EXEMPLO

Mas a situação pode melhorar com a elaboração de uma lei só para o meio rural, que está sendo estudada pelos ministérios do Trabalho e da Agricultura. Enquanto essa lei não sai, os sindicatos podem, de qualquer forma, avançar mais um pouco, como aconteceu agora, com a assinatura do acordo em Ijuí. Kommers já recebeu solicitações de muitas entidades da região, que estão interessadas em conhecer a convenção coletiva e talvez seguir este exemplo.

Carlos Karlinski, presidente do sindicato dos trabalhadores, vê a convenção como um passo importante para que se amplie o debate em torno da legislação trabalhista do meio rural. Mesmo que o acordo apenas enfatize, na maioria de suas cláusulas, normas já vigentes, ele pode, entre outras coisas, estreitar um pouco mais as relações do empregado rural como o seu sindicato. O associado e a entidade estarão assim mais tempo em contato, como lembra Karlinski.

É claro que não será apenas com a convenção coletiva que muitos dos problemas enfrentados hoje pelos trabalhadores, como a migração, ficarão resolvidos. Mas o presidente do sindicato reconhece que este é um bom início, já que a atual situação, quanto às relações entre as partes, deverá pelo menos melhorar.

Direitos e obrigações bem detalhadas

O acordo em vigor desde o dia 1º de maio tem 28 cláusulas (veja a edição de abril do Cotrijornal). Destas 28, pelo menos 13 são destacadas pelos presidentes dos dois sindicatos, por introduzirem alguma inovação ou enfatizarem ainda mais direitos e obrigações que muita gente desconhece. Estas são as cláusulas destacadas:

● Cláusula quarta. A carga horária de trabalho normal é de 48 horas por semana. Geralmente, o pessoal trabalha de segunda a sexta e aos sábados pela manhã. As quatro horas dos sábados à tarde, não-trabalhadas, podem ser, de acordo com essa cláusula, compensadas no meio da semana, ampliando-se a jornada, mas sem que se exceda duas horas a mais por dia. A cláusula sétima trata também de carga horária, e permite que o repouso semanal de domingo seja deslocado para outro dia. Assim, pode-se trabalhar domingo, com folga noutro dia da semana. Se não houver folga, para compensar esse dia de descanso, cada hora trabalhada terá um acréscimo de 50 por cento sobre a normal.

● Cláusula oitava. O trabalhador efetivo, que ficar afastado do serviço por doença, receberá normalmente seus salários até 15 dias depois do afastamento. Se o caso for de acidente do trabalho, o empregador completará o salário contratual (que está na carteira), até 90 dias depois do trabalhador ter entrado em licença. É que o Funrural, quando de acidente de trabalho, paga só 75 por cento do salá-

rio mínimo, como auxílio. Estas são vantagens para trabalhadores efetivos, que não atingem os eventuais que prestam serviços temporários.

● Cláusula décima. Quando o chefe da família for demitido sem justa causa, todos os benefícios serão estendidos à esposa. Aqui a vantagem está no fato de que, quando demitido sem justa causa, o trabalhador recebe como indenização um salário para cada ano de serviço. Agora, sua esposa também será beneficiada, recebendo igualmente esta indenização, que deve ter valor igual ao do último salário antes da demissão.

● Cláusula décima primeira. Estabelece que o trabalhador não-efetivo, aquele que ganha diária por serviço temporário, deve receber, além do valor da diária, outras vantagens. Essas vantagens são o 13º salário, férias, domingos remunerados e indenização, e devem ser pagas proporcionalmente aos dias trabalhados. Tudo isso deve ser especificado nos recibos. A cláusula beneficia principalmente o pessoal que vem se dedicando à capina. O sindicato patronal irá fornecer, aos empregadores, recibos padronizados para que cada um dos valores fique bem especificado.

● Cláusula décima terceira. As rescisões de contrato por tempo indeterminado, sem justa causa, deverão ser homologadas pelo sindicato dos trabalhadores, quando o tempo de serviço for de mais de seis meses. Antes, o sindicato só homologava, de acordo com a lei, as rescisões de

quem tivesse trabalhado mais de 12 meses. Assim, o sindicato tem um maior controle das rescisões, e o empregado conta com maior segurança.

● Cláusula décima sétima. Toda promessa de comissão sobre a produção ao empregado, deve ser anotada pelo empregador na carteira de trabalho ou estão bem expressa em outro documento. É que muitos patrões garantem aos empregados uma parte da produção, mas geralmente isso fica acertado sem qualquer documentação. Agora, com a anotação na carteira ou a assinatura de um documento com esse compromisso, serão evitados desacertos.

● Cláusulas décima oitava, décima nona e vigésima. São as que tratam da insalubridade, e especialmente da aplicação de defensivos. O trabalhador terá direito a mais 20 por cento sobre o salário que vem recebendo, nos meses em que aplicar defensivos agrotóxicos. E nos dias em que estiver realizando esse serviço, desde o preparo até a aplicação dos produtos químicos, sua jornada de trabalho deve ser de 6 horas e meia por dia, sem redução de salário. É determinado também que todo empregador deve deixar à disposição dos empregados os equipamentos de proteção contra acidentes. Todas as cláusulas são destacadas porque levantam uma questão muito discutida, que é o manuseio de defensivos.

● Vigésima primeira. Produtos como mandioca, leite, ovos e outros disponíveis na propriedade, e que sejam uti-

lizados pela família do trabalhador, não serão considerados parte do salário. Acontece que o empregador pode descontar até 25 por cento do salário mínimo, referentes à alimentação, quando esta é fornecida. Esta cláusula trata dos produtos fornecidos espontaneamente, que existem de sobra ou muitas vezes são cultivados na propriedade pela própria família do empregado. Eles não têm nada a ver com o desconto da alimentação, e não fazem parte do salário pago.

● Vigésima segunda. Todo o empregado que recorrer ao seu sindicato, para tratar do encaminhamento de reclamações na Justiça, tentará antes uma negociação direta com o empregador. Os sindicatos dos trabalhadores e dos patrões mediarão essa negociação, para que o acordo extra-judicial evite toda uma burocracia, sem prejuízo do reclamante. Só se não acontecer um entendimento, é que o empregado irá recorrer à Justiça. Atualmente, isso já é colocado em prática em Ijuí.

● Vigésima quinta. Os trabalhadores ficam com o direito de solicitar comprovantes do pagamento dos salários, com tudo discriminado. Isso está na lei, mas quase sempre a exigência não é cumprida, e os recibos mal preenchidos têm provocado muitas reclamações na Justiça. Nesse caso, a solução é a distribuição dos recibos padronizados, que não deixam nenhuma dúvida. O sindicato patronal vai distribuir esses recibos.

Melhorar as relações

As cláusulas do acordo assinado entre patrões e empregados de Ijuí ainda podem ser desconhecidas pra muita gente, mas quase todo o pessoal do meio rural da Região já consegue entender claramente os objetivos da convenção coletiva. Para o seu Francisco Marsaro, que planta em 34 hectares próprios e outros 32 arrendados, na localidade de São Miguel, em Augusto Pestana, este acerto vai esclarecer muita coisa, mesmo que, de início, existam algumas dificuldades para que seja bem interpretado.

Seu Francisco ainda estava à procura de maiores informações sobre o assunto, umas duas semanas depois da assinatura do acordo, mas achou muito importante os esclarecimentos sobre a questão dos comprovantes. "A grande maioria dos empregadores desconhece as leis sobre o fornecimento de recibos", diz ele, que é um patrão eventual, ou seja, que só emprega diaristas nas épocas de safras.

Ele mesmo reconhece que ainda tem dúvidas sobre aspectos da burocracia da legislação trabalhista, e acha que "agora, com tudo explicado e legalizado, a situação tende a melhorar". Seu Francisco, que não será atingido pelo acordo, pois a convenção vale apenas para Ijuí, entende que essa medida pode muito bem ser estendida a outros municípios, e pergunta: "Se ele vale para Ijuí e vai ser bom, por que então não fazer valer também em outras localidades?"

FISCALIZAÇÃO

O trabalhador Arnildo Achetert, empregado dos Viveiros Hoffmann, em Ijuí, também gostou da convenção coletiva. Ele já plantou com o pai, seu Erwino, que tem 25 hectares na Linha 2 Oeste, e também teve parceria com o sogro, Hugo Albino Hermann, de Barreiro, mas há cinco anos é assalariado como empregado efetivo. Acontece que as terras da família são poucas para permitir que os três irmãos trabalhem juntos, e por isso ele já trabalhou até numa metalúrgica de Ijuí, antes de passar a lidar com viveiros.

E Arnildo conhece bem os direitos que tem. Tanto que, quando saiu dessa metalúrgica, ele foi à Justiça reclamar do não-pagamento de insalubridade, e do desconto de seu salário de um uniforme de serviço, que deveria ter sido fornecido pela empresa. Ele acha que o acordo vai servir para uma maior fiscalização das horas trabalhadas, pois "o corpo humano também precisa de descanso, assim como a própria máquina precisa".

Arnildo também lembra que o empregado rural muitas vezes trabalha em dia de chuva, e entende que este é um assunto a ser melhor estudado. Ele compara o serviço em dias de chuva com o trabalho em



Francisco Marsaro: valer em outras localidades

ambiente insalubre, que prejudica a saúde, e sugere que se pague um adicional quando as tarefas são cumpridas inclusive quando o tempo não está bom.

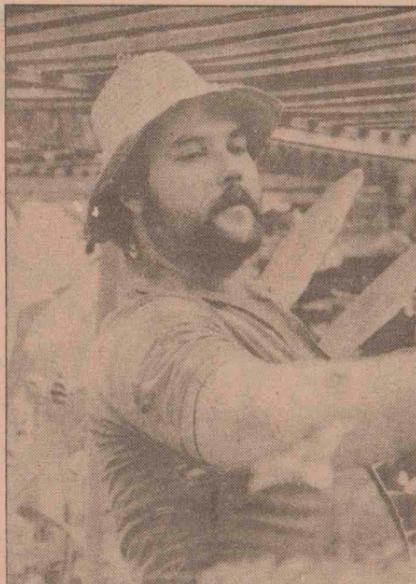
"Uma chuva pode provocar problemas piores que os defensivos, e isso não é levado em conta", diz ele, que mora com a esposa, Loni, e o filho Leandro, de 3 anos, dentro da área onde trabalha. Ele não tem queixas a fazer, quando ao atual emprego, mas ressalta que nunca vai deixar de exigir seus direitos. "Para que este acordo seja bem cumprido" — afirma Arnildo — "vai depender muito dos patrões".

SEM ATRITOS

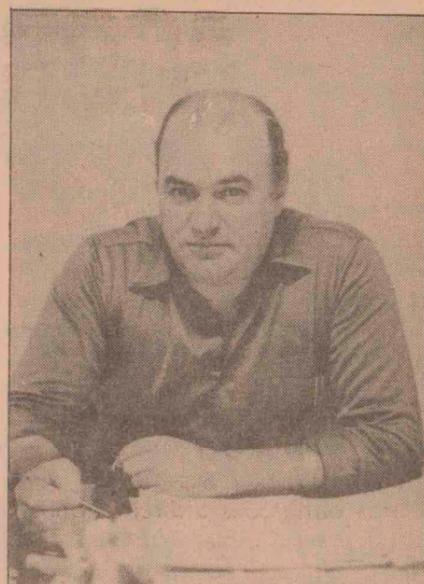
"Essa é uma experiência que irá amadurecer aos poucos a ser aperfeiçoada ano a ano", diz o empregador Carlos Rivaci Sperotto, que tem 1.515 hectares e emprega em média por ano uns 30 trabalhadores fixos e outros 40 eventuais, nos períodos de capina e safra. Sperotto acompanhou algumas reuniões para negociação da convenção coletiva, e acha que ela veio "num momento bem oportuno, porque vai criar melhores condições para um mútuo entendimento quanto às relações de trabalho".

Ele destaca um aspecto que considera importante, observando que o acordo formaliza normas já previstas na legislação, e beneficia especialmente o produtor que tenha condição de pessoa física. Isso quer dizer que os demais, que possuem empresas agrícolas (no caso, pessoas jurídicas) já vêm cumprindo com as obrigações previstas em lei, por lidar com maior frequência com trabalhadores efetivos.

Ele não destaca cláusulas que, isoladamente, possam ser mais importantes, por entender que todos os itens da convenção representam "um conjunto de normas que irão acentuar uma moralização a nível de acertos, sem deixar dúvidas sobre direitos e obrigações". Para ele, "todas as cláusulas mostram o que se pode fazer para que se reduzam os atritos e haja um bom relacionamento entre as partes, com a participação decisiva dos sindicatos".



Arnildo Achetert: corpo humano precisa descanso



Carlos Sperotto: moralização nos acertos

Respeito às características regionais

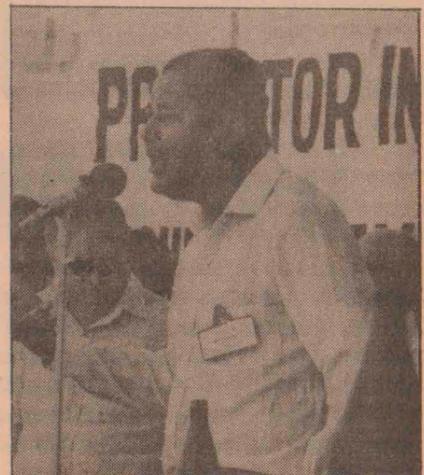
Os exemplos dados por Pernambuco e outros Estados, onde as relações trabalhistas já estão melhor disciplinadas, servem de prova de que as convenções coletivas são a melhor saída para que se respeite as características de cada região. Lá em Pernambuco, por exemplo, a convenção de trabalho é aplicada há vários anos, e vem sendo aperfeiçoada a cada acordo. Mas é claro que o que vale para empregadores e trabalhadores pernambucanos nem sempre servirá para o pessoal de outros Estados, e nesse ponto está a vantagem dos acordos, porque eles levam em conta aspectos regionais.

Segundo o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), José Francisco da Silva, as relações entre patrões e empregados têm melhorado muito, especialmente nas zonas canavieiras, onde as convenções já são prática comum. As cláusulas vêm sendo cumpridas, nos últimos anos, em função principalmente da fiscalização exercida pelo Ministério do Trabalho. E isso acontece, mesmo que em estados como Pernambuco existam cláusulas que alguns patrões nem sempre aceitam sem resistência.

Esse é o caso da chamada lei do sítio, que obriga os empregadores pernambucanos a destinarem até dois hectares de suas propriedades para cada um dos trabalhadores permanentes. Nesses dois hectares, o empregado planta o que quer, e a renda da produção é sua. Quando alguma empresa da zona da cana não respeita essa ou outras cláusulas, a fiscalização aplica multas pesadas. E muitas vezes as juntas de conciliação e julgamento levam os juizes para dentro dos engenhos, e ali são realizadas as audiências, quando os empregados relatam as suas queixas.

QUEIXAS

Mas nem tudo anda de acordo com as convenções, e a Contag reconhece que ainda há problemas envolvendo até mesmo questões corriqueiras, como a emissão de recibos. Em outros casos, os trabalhadores se queixam de que recebem menos



José Francisco: só acordo não resolve

do que deveriam ganhar, porque o pagamento é feito por tarefa e conforme o peso da cana cortada. Isso ocorre em função da falta de uma maior fiscalização das balanças dos engenhos, e não são poucos os empregadores que de vez em quando sofrem multas, porque estão pagando menos aos trabalhadores.

José Francisco da Silva lembra que, de qualquer forma, com as convenções a situação já não é tão ruim, como anos atrás, também em outros estados, como Minas Gerais, São Paulo, Bahia, Paraná, Pará e Rio de Janeiro. Nestes estados os acordos serviram para que fossem colocados no papel todos os direitos e obrigações de patrões e empregados, sempre levando em consideração as características das atividades agrícolas. Assim é que, com a convenção de Ijuí, podem surgir normas comuns a vários municípios da zona da soja do Rio Grande do Sul.

Só que os acordos não resolvem sozinhos todos os problemas da zona rural, como ressalta José Francisco, pois eles apenas vão melhor disciplinar relações trabalhistas que já existem. Ele lembra que o trabalhador rural é, quase sempre, um migrante que se sustenta precariamente com o que ganha. A situação desses sem-terra é mais grave exatamente lá para os lados do Nordeste, onde está a maior parte das cerca de 9 milhões de famílias que não têm onde plantar no Brasil, segundo a Contag.



UM RAIOS-X DAS CARÇAÇAS

Um trabalho realizado pela Cotrijuí, em seu frigorífico de Dom Pedrito, poderá resultar no primeiro raio-x completo do tipo de gado bovino de corte que se produz naquele e em outros municípios próximos. De setembro do ano passado a abril deste ano, cerca de 20 mil carcaças de animais abatidos passaram por avaliação no frigorífico, com classificação e tipificação, e possivelmente no final de julho todos os dados, já analisados, sejam conhecidos. O trabalho vai mostrar, com números, um retrato do rebanho da Região da Campanha, e contribuir para a melhoria zootécnica deste gado.

O agrônomo Becklerc Oliveira da Silva, do Departamento Agrotécnico da Cooperativa, coordenou esse levantamento, utilizando métodos adequados às condições da Região, e levando em conta, portanto, as características do sistema de produção da pecuária e a situação do frigorífico. É que ainda não se pratica no Brasil um modelo padrão de classificação de carcaças, pois tudo depende de vários fatores, como a evolução zootécnica dos rebanhos e das condições em que se processa a produção, a industrialização e o mercado de carnes.

SÓ PESO

Por enquanto, pouco se sabe sobre os reais rendimentos dos rebanhos gaúcho e brasileiro, em função da não-utilização desse tipo de avaliação. Em Dom Pedrito, por exemplo, o frigorífico vem utilizando o critério de classificar uma carcaça considerando apenas seu rendimento em peso. Isso é definido de forma bem simples, ou seja, estabelecendo-se o rendimento através da relação entre peso do boi vivo e peso da carcaça. Um animal que tenha

500 quilos de peso vivo, e 250 de carcaça, fica com um rendimento de 50 por cento.

Este sistema pode ser aperfeiçoado, e isso é que o trabalho realizado vai propor. O agrônomo lembra que até agora somente o peso é levado em conta, sem que se considere a qualidade desta carcaça. O grande objetivo dessa avaliação — diz ele — é de estimular uma melhoria zootécnica do gado, pois a partir da análise dos dados levantados, a Cooperativa pretende definir um sistema de comercialização mais objetivo. Em síntese, isso quer dizer que, com a classificação e tipificação, o peso não será o único atributo para que se avalie uma carcaça (veja acima).

ESTÍMULO

Com um modelo bem planejado, o próprio frigorífico conseguirá um melhor rendimento industrial, em função do incentivo direto que dará ao aperfeiçoamento do gado da Região. Becklerc ressalta que isso implicará em estímulo, principalmente, à terminação de animais mais jovens, que apresentam melhores rendimentos. Como consequência, os criadores darão maior atenção às condições do campo, e investirão, através de cruzamentos, em raças especializadas para a produção de carne.

É claro, como enfatiza o agrônomo, que a Cooperativa não pretende, de um momento para outro, modificar o sistema de produção da Região. Ele lembra que a classificação e tipificação de carcaças devem considerar todo um processo, que se inicia no campo e termina no mercado consumidor. Estes e outros aspectos serão bem estudados, em conjunto com os produtores, a partir do momento em que os

A técnica da avaliação

Unidade produtora de carne. Assim os técnicos definem a carcaça, que é, na realidade, o animal morto e sem couro, sangue, vísceras, cabeça e patas. Toda a técnica de avaliação e tipificação é aplicada sobre a meia carcaça (metade do animal), levando-se em conta a idade, o peso, a conformação e o acabamento. O tipo final da carcaça é determinado pela combinação desses quatro atributos, e este foi o trabalho realizado durante oito meses, em Dom Pedrito, compreendendo períodos de safra e entressafra.

O técnico agrícola Ivan João Agostini, que ficou com a coordenação do trabalho dentro do frigorífico, aprendeu durante esse tempo, sob a orientação de Becklerc, a avaliar todos os atributos, que podem ser reais e subjetivos. Acontece que a idade e o peso podem ser definidos facilmente, e por isso são atributos reais. Já a conformação e o acabamento são os atributos subjetivos, que se avaliam através de verificação visual feita por pessoal treinado para isso.

Um animal castrado, com dois anos e meio de idade, por exemplo, é um novilho precoce. Outro, com três a três anos e meio, é um novilho convencional; e o que tiver mais de três anos e meio já é considerado boi. As vacas não entram nessa classificação de idade, pois o trabalho prevê apenas a avaliação de peso e acabamento de suas carcaças. Assim, uma fêmea com peso superior a 180 quilos de carcaça é considerada vaca especial, sem que se considere o fato de ser ou não um animal jovem.

"NO OLHO"

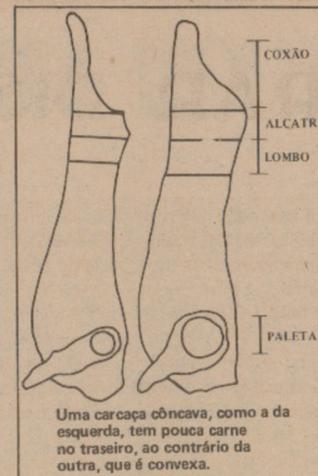
Depois da classificação do bovino macho por idade e peso, entra a



Ivan Agostini: olho treinado

parte subjetiva, que é praticada "no olho", como lembra Agostini. Primeiro, é definida a conformação da carcaça, em função do maior ou menor desenvolvimento de massas musculares. Esse atributo é determinado pelo perfil da carcaça (veja ilustrações), principalmente a linha superior do coxão. Uma carcaça convexa, por exemplo, é a de melhor qualidade, porque o coxão, a alcatra e o lombo ficam salientes. A côncava é o contrário disso, ou seja, muito mal formada.

Depois, vem a avaliação do acabamento, dado pela cobertura de gordura da carcaça. Aí o critério é de se examinar a espessura e a distribuição dessa gordura. Um boi com bom acabamento deve ter uma camada de gordura de 4 a 6 milímetros. Também se analisa o acabamento indesejável, por excesso ou falta de gordura. Uma carcaça que tenha menos de 2 milímetros de gordura é um exemplo de animal com terminação deficiente. Outra, que tenha mais de 6 milímetros, tem acabamento indesejável por excesso de gordura.



Uma carcaça côncava, como a da esquerda, tem pouca carne no traseiro, ao contrário da outra, que é convexa.

RETORNOS

Fazendo essas avaliações, fica fácil de se concluir que, geralmente, o animal mais jovem, especialmente o novilho precoce, é o que apresenta melhores rendimentos. A tendência comprovada é de que quanto mais idade tiver o animal, a partir de uns três anos, mais ele acumulará gordura. Isso ocorre porque num determinado momento de seu desenvolvimento o novilho não mais forma massa muscular (carne), e passa apenas a acumular gordura.

E para conseguir um novilho de bom rendimento, o criador deve atentar para a escolha das raças e para o manejo. Criando animais para abate com pouca idade, ele estará ganhando em retorno um novilho jovem, com peso equivalente ou superior a bois mais velhos, e oferecendo carne de melhor qualidade. Um boi convencional permanece durante mais tempo no campo, retardando o retorno econômico, e resulta, quase sempre, num produto de qualidade inferior.

Precoce dá retorno mais rápido

Um dos lotes de novilhos abatidos no final de maio, no frigorífico da Cotrijuí em Dom Pedrito, foi só uma amostra do gado que o pecuarista João Manoel Quadros de Athaydes pretende criar em seu campo a partir de agora. Os novilhos, da raça Charolês, apresentaram um bom rendimento, com uma média de 265,5 quilos por carcaça. Seis dos 15 animais eram precoces (de até dois anos e meio) e ficaram com rendimento de 53 por cento, e os outros, com mais idade, obtiveram uma média ao redor de 50 por cento.

Os novilhos foram o resultado da primeira experiência de João Manoel com a terminação de animais de pouca idade. Criados em campo nativo, eles pastaram numa resteva de sorgo, durante quase um ano antes do abate, e deixaram o criador bem entusiasmado. João Manoel, que também é agrônomo e tem 9,5 quadras de campo (em torno de 826 hectares), na localidade de Leões, em Dom Pedrito, está entre os pecuaristas que investem em mudanças, para que a pecuária seja mais rentável.

MAIS DOIS LOTES

Ele sempre lidou com gado inverno, adquirindo terneiros de várias procedências, e entregando para abate o novilho tradicional. Agora, além do Charolês, ele começa a criar novilhos da cruz de Charolês com Hereford. Um lote desse cruzamento está em terminação, em pastagem de aveia preta e avevém, depois de ter sido mantido em campo nativo, e vai para abate ali pelo início de agosto. É possível até que esses novilhos, que serão abatidos com dois anos e meio, tenham melhor rendimento que os Charolês, segundo ele.

E outro lote, desta vez "tricros" (três cruzas), também deve ser abatido por dezembro ou janeiro, com apenas um ano e meio. São novilhos resultantes de

um cruzamento de Charolês, Hereford e zebu Tabapuá, por inseminação artificial. João Manoel acha que a inseminação é mais vantajosa, porque, entre outras coisas, evita os riscos de um investimento na compra de um touro que está sempre sujeito a acidentes. Dando atenção especial às matrizes, que têm preferência para ocupar pastagens, ele acha que a experiência na terminação de novilhos precoces tem tudo para dar certo.

TUDO NUMA FRASE

A criação de precoces pode até ser resumida, segundo Oscar Vicente e Silva, outro criador de Dom Pedrito, nesta frase: "Quanto menor for o tempo em que a mercadoria permanecer na prateleira, mais se ganhará com ela". Seu Oscar, que tem 6.600 hectares nas localidades de Ponche Verde e Upacará, começou a mudar seu sistema de lidar com o gado há uns três anos, quando um dos filhos, Antonio Carlos, voltou de Uruguiana com um diploma de veterinário e propostas de inovações.

No fim do ano passado, um lote de novilhos precoces teve rendimento ao redor de 55 por cento. Seu Oscar entregou a pecuária aos cuidados do filho, e aos poucos vão sendo deixados de lado os bois de quatro anos e até quatro anos e meio, que iam para abate. Ao mesmo tempo, são testados cruzamentos, como Aberdeen Angus com Blondie-D'aquitaine. Há também "tricros" dessas duas raças cruzadas com zebu Nelore ou Guzerá. Seu Oscar gostava muito de gado preto, e antes só mantinha no campo o Arberdeen.

MELHORAR A MÉDIA

Com a terminação de novilhos mais novos, ele poderá produzir um maior número de animais por ano, aumentando a média que vinha mantendo, de 350 a 400 cabeças para abate anualmente. Com os cruzamentos, boas pastagens e outros cuidados no manejo, "os novilhos serão mais parelhos, e não mais será preciso esperar que um lote destoante do resto fique para terminação no ano seguinte", como diz seu Oscar.

"Vou fazer todo o esforço para vender boi com dois anos de idade", diz ele, ressaltando, no entanto, que é preciso investir sem muita pressa, "ir tateando, ou os custos engolem os lucros". A tipificação das carcaças, com valorização da carne de melhor qualidade, complementaria todo o estímulo que se dá à melhoria zootécnica do rebanho, afirma seu Oscar. "Na Argentina — diz ele —, o que conta é a qualidade, mas no Brasil nós ainda não chegamos a este estágio, e no fim o boi passado (velho) acaba valendo mais que o precoce".



João Manoel de Athaydes: primeira experiência



Oscar e Antonio Carlos: propostas de inovações

Uma herança de geração para geração

A pecuária extensiva, com o gado solto em campo nativo e muito pouco manejo, é uma herança que vai passando de geração para geração, e não será mesmo mudada de uma hora pra outra. No caso do seu José Plácido Jacintho Severo, que tem 6,5 quadras (cerca de 565 hecta-



José Plácido Severo: conselho do pai

res), na localidade de Torquato Severo, em Dom Pedrito, tudo é preservado de acordo com a experiência e a tradição da família. É assim que ele não larga do gado Hereford, porque seu pai, Trajano Antonio, falecido há uns 8 anos, fez essa recomendação.

Seu José Plácido continua com o Hereford, mas também vai fazendo cruzamentos de outras raças, sempre utilizando touro, como no sistema tradicional. Ele tem reprodutores Devon, Normando e Hereford, e daí tira as cruzas. Só que o gado Hereford não participa desses cruzamentos. Os animais dessa raça continuam com o mesmo pelo, porque o criador entende que o conselho do pai ainda vale. Este ano, ele pretende comprar um touro Charolês, para fazer cruzar "tricros" (três raças) com vacas de uma cruz anterior de Devon com Normando.

O campo de seu José Plácido está lotado quase sempre com uns 700 bovinos, e mais umas 400 ovelhas e os animais de montaria. Toda a área tem sete divisões, para manejo do gado, e apenas 10 ou 12 hectares são destinados às pastagens para vacas debilitadas e algum novi-

lho de sobreano (mais ou menos um ano e meio). O criador ressalta que seu campo nativo "é muito bom", e que por isso não enfrenta falta de pasto. A área só não se presta para a agricultura, porque é terra de muita pedra.

DESPARELHOS

Os novilhos são encaminhados para abate com quatro anos, mas nem todos ficam prontos com essa idade. As vacas dão de 130 a 140 tremeiros por ano, e destes uns 60 vão para abate nos primeiros lotes. Os outros, mais desparelhos, ficam para o ano seguinte, pois seu José não vende novilho magro para outros criadores inverno. Junto com os novilhos, anualmente, seguem junto para o frigorífico umas 20 vacas que não mais estejam produzindo.

E esse sistema compensa? Seu José Plácido garante que, por enquanto, não tem do que se queixar, "pois felizmente nunca me faltou nada". Ele acha que, mesmo ficando quatro anos no pasto, o novilho dá um bom retorno, e cita como prova os 14 animais abatidos em maio. Eles alcançaram mais de 500 quilos, e tiveram um rendimento médio de carcaça de 51,6 por cento.

PORTARIA SÓ MEXEU NO PREÇO

As reivindicações dos produtores ainda não foram atendidas

Quem esperava que todas as questões envolvendo a situação do leite fossem resolvidas no início de junho, com uma nova portaria da Sunab, terá que esperar mais um pouco. A portaria saiu, mas não alterou quase nada. Todas as reivindicações que os produtores gaúchos vêm encaminhando continuam sem resposta, e as previsões são de que, a partir de agora, a mobilização será maior ainda. Está cada vez mais perto o dia de uma paralisação geral na entrega do produto em todo o Estado.

A nova portaria da Sunab foi divulgada no dia 2 de junho e mexe apenas nos preços. Ela estabelece que a partir do dia 3 de junho o produtor gaúcho passa a receber Cr\$ 44,00 pelo leite consumo, e mantém nos mesmos Cr\$ 34,00 o leite indústria. Também determina a mesma coisa para o resto do país, com apenas uma diferença: na maioria dos demais Estados, o novo preço do leite consumo deve entrar em vigor no dia 26 de junho.

Para os Estados de Alagoas e Pernambuco, o leite consumo fica em Cr\$ 46,00, e nos demais Estados no nordeste, em Cr\$ 48,00. O que vai variar bastante será o preço ao consumidor, igualmente fixado pela portaria da Sunab. No Rio Grande do Sul, o preço no varejo passou de Cr\$ 52,00 para Cr\$ 63,00, num aumento de 21,1 por cento. O reajuste ao consumidor foi, portanto, superior ao concedido ao leite consumo pago ao produtor, que ficou em 18,9 por cento.

PRIVILÉGIO?

Os criadores gaúchos estavam solicitando uma portaria diferenciada para a Região Sul, mas a diferença mesmo, pelo que se viu, ficou só na antecipação do aumento para o dia 3. A explicação é de que no Rio Grande do Sul há diferença no início da safra, em relação aos demais Estados, ou seja, os gaúchos saem mais cedo do período de entressafra. Dessa forma, a portaria estaria beneficiando os gaúchos, que começariam agora — no início de junho — a aumentar o volume de leite entregue às indústrias.

Esse privilégio não contenta, no entanto, principalmente os dirigentes de sindicatos de trabalhadores rurais, que fazem parte da Comissão Estadual do Leite, coordenada pela Fetag. No dia 25 de maio, em Porto Alegre, eles estiveram reunidos, para mais uma vez avaliar a movimentação no Rio Grande do Sul, e analisar os dados de um levantamento realizado no interior. Esse levantamento, feito por questionários, relaciona todas as reivindicações dos produtores (veja ao lado).

MAIORIA PÁRA

Os produtores exigem, principalmente, a extinção do chamado frete dois, que representa hoje Cr\$ 2,00 a menos por litro de leite. E pedem que os apelos sejam atendidos, impondo uma condição: se isto não acontecer, a entrega de leite será suspensa. Os questionários apenas reforçaram uma posição mais ou menos definida nos encontros anteriores, e a paralisação tem divergências somente em alguns pontos relacionados com a época de paralisação e por quanto tempo a entrega deve ficar suspensa.

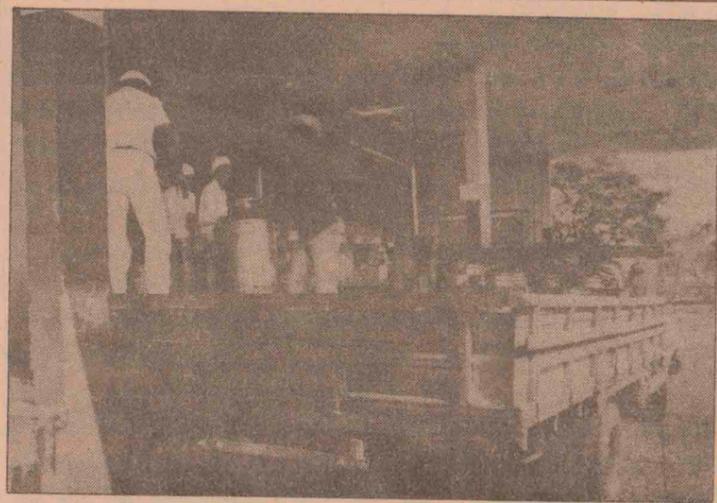
Na regional de Ijuí, que abrange 11 municípios, o levantamento mostra, por exemplo, as seguintes posições: 40 por cento dos produtores sugerem uma paralisação por 30 dias ou tempo indeterminado, até o atendimento das reivindicações; 50 por cento querem parar por um período que varia de 8 a 12 dias; e 10 por cento não se manifestaram sobre a suspensão na entrega ou disseram ser contrários a esta forma de pressão.

Durante o encontro do dia 25, em Porto Alegre, foi constatado que esta também era mais ou menos a posição dos produtores do resto do Estado: a maioria entende que está mesmo na hora de parar. Mas tudo ficou condicionado à divulgação da nova portaria, e se acertou que depois do anúncio de medidas pelo governo, haveria uma nova reunião. A portaria saiu, e agora a situação volta a ser discutida. A reunião da Comissão do Leite está marcada para o dia 8, uma terça-feira.

EM ETAPAS

Desse novo encontro em Porto Alegre é que vai sair a data de uma assembléia a ser realizada também na capital, com representantes dos produtores do interior. O pessoal que vem discutindo o assunto através desse grupo de trabalho da Fetag retornaria então às bases, para que após essa consulta seja tomada uma posição final. O que se prevê é que, conforme a repercussão da portaria, a decisão de paralisar a entrega deverá ser mantida.

Mas há uma nova situação a ser analisada. O governo já anunciou que ainda em junho, possivelmente no dia 26, sai uma nova portaria para o leite. Os dirigentes sindicais admitem que o quadro criado, com essas decisões da Sunab que saem por etapas, é bastante confuso. O que, afinal, será anunciado, nessa portaria do dia 26? Ninguém sabe, na verdade, as novas decisões que o governo pretende tomar, mas não são poucos os que duvidam que as reivindicações sejam realmente atendidas. A situação só estimula quem se arrisca a fazer reivindicações.



Portaria antecipou o preço no Rio Grande do Sul. Mas só do leite consumo.

Reivindicações unificadas

As reivindicações que vêm sendo encaminhadas pelos produtores gaúchos, há bastante tempo, foram mais ou menos unificadas, através de uma coordenação que ficou com a Comissão Estadual do Leite. A maioria já foi insistentemente divulgada, mas outras surgiram nos últimos debates sobre o assunto. A importância de uma ou outra reivindicação varia muito, de acordo com as regiões.

● **Fim do frete dois.** Este é um apelo que lidera todas as listas, e que puxa o movimento no Estado. Cada vez mais os produtores têm insistido que a cobrança deve cair. A CCGL acha que o frete dois pode deixar de existir, mas que, ao mesmo tempo, o governo precisa criar um mecanismo capaz de impedir que as indústrias enfrentem uma queda brusca em suas receitas.

● **Definição de um preço único.** Assim seriam eliminados os preços consumo e indústria, e surgiria um só. Os preços do leite consumo (que vai direto para o comércio, em saquinhos) e do indústria (que fica em estoque) são os mesmos para todas as indústrias. Mas os percentuais do volume de leite, para cada tipo, varia de uma pra outra, de acordo com a comercialização. Num indústria, por exemplo, o leite consumo pode representar 60 por cento do total, e em outra 40 por cento, ou vice-versa.

● **Fim do ICM (Imposto sobre Circulação de Mercadorias) sobre o leite industrializado.** Há informações de que um quilo de queijo paga Cr\$ 96,00 só de ICM. O tributo encarece o produto e, ao mesmo tempo, retira da indústria uma boa fatia da sua receita.

● **Eliminação da quota para produtor permanente, ou aumento do prazo para formação de quota.** Atualmente, os meses de abril a julho servem de referência no Rio Grande do Sul para fixação da quo-

ta, que vai determinar depois, no restante do ano, o que o produtor tem de leite-excesso. Esse período de inverno seria então ampliado para seis meses, e com isso o produtor poderia melhorar sua média, não enfrentando preços mais baixos na época normal de safra.

● **Fim das importações pelo porto de Manaus.** O próprio presidente da CCGL, Frederico Dürr, admite que muito leite está entrando no Brasil, lá pelo Norte, sem que as autoridades se manifestem sobre isso. O argumento que os produtores ouvem, para justificar as importações, é de que assim há um controle forçado do preço do produto no mercado interno.

● **Uma portaria especial para a região sul, pois cada zona de produção, no país, tem suas peculiaridades.** Os criadores pedem também, dentro dessa portaria, preços corrigidos a cada três meses, de acordo com os custos de produção.

● **Pagamento do leite num prazo de no máximo 15 dias, no mês seguinte ao da comercialização.** Há regiões no Estado que destacam essa reivindicação. Algumas indústrias estariam realizando os pagamentos ao produtor com até 60 dias.

● **Subsídio ao consumidor.** Este é um apelo que tem sido debatido com frequência, pois os produtores estão cada vez mais certos de que a crise do leite tem muito a ver com o consumo. O subsídio (concedido a exemplo do que já se fez no Brasil por muito tempo com a farinha de trigo) reduziria os preços do produto, beneficiando uma vasta camada da população hoje impedida de comprar a quantidade mínima de leite por dia. O subsídio ao leite é prática comum nos países desenvolvidos, apesar da população dessas nações ter um poder aquisitivo bem superior ao do Brasil.

A CCGL promete apoio

Um compromisso que a CCGL (Cooperativa Central Gaúcha de Leite) decidiu assumir, na primeira quinzena de maio, deverá resultar no seu engajamento à movimentação dos produtores, que vem sendo conduzida pelos sindicatos de trabalhadores rurais. Esse compromisso trouxe os dirigentes da CCGL ao interior do Estado, e no dia 13, depois de visitarem outras regiões, Frederico Dürr, presidente da Cooperativa, e outros integrantes do conselho estiveram em Ijuí, junto com Canísio Werschenfelder, secretário da Fetag.

"Nós estamos aqui para uma troca de idéias, e nos propomos a tratar juntos do encaminhamento das reivindicações", disse Dürr a dirigentes de sindicatos de Ijuí, Panambi, Augusto Pestana, Ajuricaba e outros municípios da região, durante o encontro na CCGL. Ele defendeu "uma política estável para o leite", e se possível a inclusão do produto entre outros que já contam com preço mínimo. Segundo ele, ao mesmo tempo, o produtor deve procurar reduzir custos, para que a atividade seja viável.

PREJUÍZOS

As posições dos produtores foram mais uma vez comentadas, e os dirigentes de sindicatos solicitaram da CCGL uma explicação para o retorno da cobrança do frete dois,

suspensa de janeiro a março últimos. *Ciro Dias da Costa*, conselheiro da Cooperativa, afirmou que, se continuasse dispensando a cobrança do frete dois, a CCGL enfrentaria um prejuízo mensal de Cr\$ 30 milhões. E disse que o frete só não foi cobrado, durante certo período, porque houve uma reação no mercado, que favoreceu os preços dos produtores industrializados.

A explicação provocou um prolongado debate, e muitos dos produtores presentes questionaram os dirigentes da CCGL, por entender que, de qualquer forma, a volta do frete dois não se justifica. *Luís Barassuol* e *Carlos Karlinski*, presidentes dos sindicatos de Catuípe e Ijuí, perguntaram se, com a visita ao interior, a CCGL estaria então somando-se à luta dos produtores, inclusive para derubada do frete dois, e ouviram como resposta a garantia de que receberão apoio.

Só que, para a CCGL, o governo deve criar outro mecanismo que evite prejuízos para as indústrias, sem representar redução nos ganhos dos produtores. O subsídio ao consumidor poderia ser uma saída? Ninguém soube dizer ao certo como isso poderá ocorrer. Mas Frederico Dürr e os conselheiros da Cooperativa deixaram Ijuí assegurando que, inclusive para contatos em Brasília, a CCGL

será mais exigente. O presidente lembrou que mais de uma vez foi convidado a discutir portarias que já estavam definidas.

PARAR, NÃO

Ainda não se sabe o que a CCGL pretende fazer, para que colque em prática o compromisso assumido em Ijuí. Mas Dürr esteve em Brasília na mesma semana em que a nova portaria foi anunciada, para colher maiores informações a respeito das medidas tomadas pelo governo. Um assessor da direção da Cooperativa informou, no dia 4 de junho, que depois do retorno de Dürr a CCGL reúne seu conselho de ad-

ministração. Dessa reunião deverão sair as posições a serem tomadas.

Uma coisa, porém, é certa. A CCGL não apoia uma paralisação, e isso seus dirigentes repetiram várias vezes em Ijuí, com o apoio de *Ivo Schramel*, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Panambi. Para Schramel, a paralisação só trará prejuízos, tanto ao produtor como à indústria, e não pode ser adotada como medida precipitada. Em Panambi, entretanto, de acordo com os questionários respondidos no levantamento da Fetag, a maioria dos produtores é favorável à suspensão na entrega, e isso se ficou sabendo depois do encontro em Ijuí.



A CCGL fez reunião com os dirigentes sindicais

A confusão só desgasta

"Nós temos é que pressionar os políticos. Mas agora, antes das eleições, eles prometem tudo, e depois o que fazem?" Esta foi uma das tantas perguntas, que já valem como resposta, feitas por produtores que participaram de uma reunião do Conselho de Produtores de Leite da Cotrijuí, que abrange os municípios de Ijuí, Augusto Pestana e Jóia. Este encontro, no dia 18 de maio, em Ijuí, deveria definir algumas normas para funcionamento do Conselho, mas choveu e o pessoal preferiu adiar a discussão do assunto para 8 de junho.

O tema principal da reunião foi então deixado de lado, e as questões relacionadas com a crise do setor ganharam espaço para debate. "Nós também somos contrários ao frete dois", disse o diretor da Regional Pioneira da Cotrijuí, *Bruno Eisele*, e o veterinário *Otaliz Montardo*, que cuida dessa área de leite na Cooperativa, completou: "Muitas vezes, nós temos que explicar decisões que não são tomadas por nós".

DESGASTE

Os produtores concordaram que tanta confusão tem desgastado as cooperativas, e fizeram perguntas como estas: "Por que nós temos que aceitar tudo que vem? Por que não decidimos nada? E como é que poderemos chegar lá em cima?" Teve

também quem dissesse que os riscos de uma paralisação, para o produtor, não representam nenhuma ameaça. "Se nós pararmos, não temos nada a perder. Não estamos ganhando nada mesmo".

Clovis Roratto de Jesus, gerente da unidade de Ijuí, lembrou que a situação é tão contraditória que em alguns Estados como Minas, São Paulo, Goiás e Rio, não há manifestações contra o frete dois, "e algumas indústrias chegam até a falar no frete três". Isso acontece, segundo *Bruno Eisele*, porque não há portarias diferenciadas para os Estados. As medidas não atendem às características de cada região, e surgem as posições divergentes.

A reunião levantou algumas hipóteses, como a possibilidade da CCGL cobrar apenas metade do frete dois. E muitos produtores, entre os quais algumas mulheres, levantaram dúvidas sobre a existência de estoques que suportem por 30 dias uma paralisação na entrega. Se estes estoques não existem — alguém respondeu —, o Brasil importará leite. Isso pode representar o fracasso de um possível movimento de suspensão na entrega?

HÁ ESTOQUES?

A verdade é que ninguém diz com certeza se há estoques tão grandes, mas já se sabe que em São Paulo começam a falar em importação.



A crise do leite ganhou espaço nos debates

Naquele Estado, a redução da produção já é de 40 por cento — em relação ao volume do período normal de safra —, e essa diminuição só acontecia, em anos anteriores, na fase crítica do inverno, a partir de julho. Segundo o presidente da Cooperativa Central Paulista de Laticínios, (que funciona como a CCGL gaúcha), *Valdir Bastos*, a explicação para essa redução é encontrada facilmente: o produtor está desesperado.

Afinal, com o aumento de agora, de Cr\$ 37,00 para Cr\$ 44,00 do leite consumo, o preço pago ao produtor teve um reajuste de apenas 51,7 por cento, em 12 meses. Em São Paulo, a CCCPL já está colocando no mercado parcelas de um estoque de 120 mil litros de leite reconstituídos a partir do produto em pó

que havia armazenado. E quanto sobra dessa estocagem? Muito pouco, segundo a Cooperativa, que só acredita numa normalização do abastecimento com leite importado.

Os produtores paulistas estão reivindicando um preço para o leite consumo de no mínimo Cr\$ 53,00, contra os Cr\$ 48,00 solicitados pelos gaúchos. A reivindicação, quanto à fixação de um preço justo, pode apresentar variações como esta, de um Estado para outro, mas o presidente da CCPL tem como certo que pelo menos num ponto os produtores de qualquer região não divergem: "Eles estão totalmente descapitalizados, enfrentando insumos cada vez mais caros, mal remunerados, e agora encaminham um grande número de vacas aos frigoríficos".

O TRABALHO RECÉM COMEÇOU

Em novembro do ano passado iniciou uma nova atividade dentro da Cotrijuí no Mato Grosso do Sul: a pecuária leiteira. Como associada da Cooperativa Central de Leite daquele estado, passou a receber a produção da região de Dourados no laticínio instalado na cidade. Todo trabalho está sendo conduzido na tentativa de organizar a produção de leite, encarada como atividade complementar na propriedade rural.

A média da distância percorrida pelos freteiros que carregam o leite produzido na região da Grande Dourados é de 180 quilômetros. A maior linha tem 230 quilômetros e percorre boa parte do município de Rio Brilhante antes de largar seu produto na plataforma do laticínio em Dourados. Os freteiros cobram, em média, Cr\$ 8,00 pelo transporte de um litro de leite e a média de produção mal alcança os três litros por vaca a cada dia. Além disso, é muito comum, entre os produtores que moram mais perto das cidades, comercializar o seu leite diretamente com os consumidores. Em síntese está é a situação encontrada pela Cotrijuí desde que passou a receber o leite na região de Dourados, como uma das filiais da Cooperativa Central de Leite do Mato Grosso do Sul.

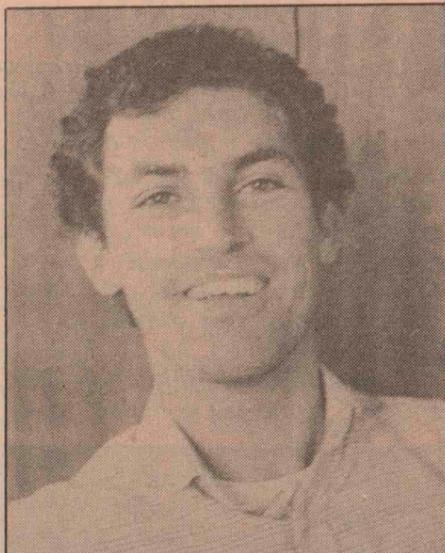
A Central, que entrou em atividade no ano passado, foi exatamente constituída para organizar melhor a situação da pecuária leiteira em todo estado. Além da Cotrijuí, que se responsabiliza pela produção nos municípios de Dourados, Fátima do Sul, Itaporã, Glória de Dourados e Rio Brilhante, também são associadas da CCLMS a Cotrisa (que atua na região de São Gabriel d'Oeste) a Conleite (de Campo Grande), e as cooperativas de Aquidana, Eldorado e Corumbá.

O LEITE DO PEÃO

O sistema de produção em todo estado é bastante peculiar, como explica o técnico Nery Alvarenga e o veterinário Ademar Meyer, que assumiram a organização da produção leiteira na unidade de Dourados. Fala o Nery:

— Aqui é muito comum que os empregados das fazendas fiquem com a renda do leite para si, como forma de complementar o pagamento de seu salário. Nós calculamos que 20 por cento dos produtores que atuam com a Cooperativa sejam peões. Os restantes são efetivamente os proprietários das terras e dos rebanhos.

Esta situação, inclusive, tem atrapalhado um pouco a oportunidade destes empregados rurais — os efetivos produtores de leite nestas



Nery Alvarenga: sistema peculiar

propriedades — se associarem à Cotrijuí:

— É que muitas vezes este pessoal não têm nem ao menos um documento de identidade para fazer o cadastro do associado. Com isto, hoje a situação até está sofrendo alteração e o leite sendo entregue em nome dos patrões, que depois se acertam com os empregados.

REBANHO ADAPTADO

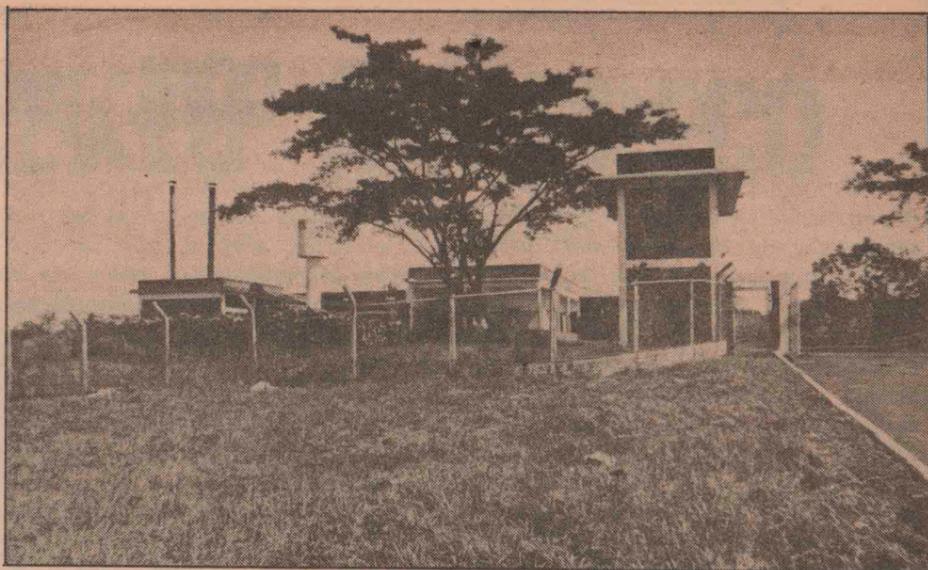
Outra característica da região é que o gado dificilmente é de raças leiteiras, como conta o Meyer:

— O grosso da produção é com gado zebuado Gir-Holanda, que é o resultado de uma cruz e que melhor se adapta à região. O gado Holandês é mínimo, mesmo porque é um gado pouco resistente para o clima desta região, além de ser muito exigente em termos de alimentação.

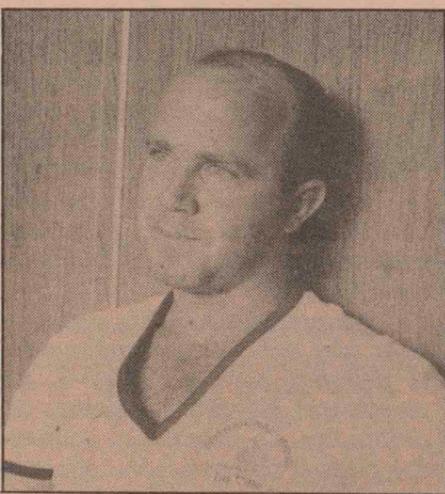
A formação de pastagens artificiais é uma atividade que recém começa a ser encarada como necessidade. A alimentação básica do rebanho são as pastagens perenes, especialmente a branquiária. Diz o Meyer:

— No inverno quase não existe alimentação para este gado, o que faz a produção diminuir drasticamente. Isto só é uma exceção no caso dos poucos produtores que têm capineiras (uma reserva de área com napier, um capim elefante) ou então que fazem reserva com silagem.

Desde agosto do ano passado, quando começou a se definir a forma de atuação da Cooperativa neste setor, o Departamento Técnico começou a procurar tomar um contato maior com a realidade da produção leiteira em toda região. De lá para cá, como recordam Meyer e Nery, se fez reuniões e contatos individuais com os produtores, tentando descobrir suas dificuldades e deficiências. É que nem todos os produtores da região já eram associados da Cooperativa e assim foi preciso inclusive contar o que era a Cotrijuí e o que ela



O laticínio em Dourados tem capacidade para industrializar 60 mil litros por dia



Ademar Meyer: atividade mista

pretendia fazer nesta área de produção no Mato Grosso. Diz o Meyer:

A PARTICIPAÇÃO DA COOPERATIVA

— Aí se pode perguntar por que a Cotrijuí entrou no leite? Isto aconteceu porque alguns associados, que já mantinham esta atividade, reivindicavam a participação da Cooperativa também no processo de recebimento e industrialização do produto. A razão era a necessidade de moralizar o setor de laticínios e organizar a produção. Primeiro que o Laticínio, quando pertencia a particulares, nem sempre vinha cumprindo as tabelas da Sunab a respeito de preço de leite. Havia queixas, inclusive, de pagamentos diferenciados de um produtor para outro. O Laticínio também não recebia toda produção, justificando que não tinha capacidade para industrializar o leite.

A usina, em Dourados, tem capacidade para industrializar até 60 mil litros de leite por dia. No verão, no grosso do recebimento, a produção chegou a 20 mil litros, baixando agora, com a entrada do outono, para 10 mil litros diários. O número de produtores também diminuiu do verão para cá. Eram 310 produtores e atualmente pouco mais de 230 vêm mantendo a entrega diária de produto.

A entrega é toda em tarros individuais, com a média de 45 litros por produtor. O preço do frete vem sendo acertado diretamente entre cada produtor e o freteiro. Ele chega a variar de Cr\$ 4,50 até Cr\$ 11,00, dependendo da distância da propriedade até o laticínio.

O TRABALHO POR FAZER

“Nossa atividade no setor leiteiro, no Mato Grosso do Sul, recém-começou”, como constata o Meyer. “Temos quase tudo ainda por fazer. O fundamental, e o primeiro trabalho, é o de conscientização e organização dos produtores. Temos alguns problemas de higiene e também de manejo do rebanho que só com a conscientização da importância da atividade leiteira poderão ser superados”.

Na opinião do Meyer o que se procura é produzir leite abaixo do custo, para poder viabilizar o consumo e permitir a lucratividade do produtor:

— Isto em parte se consegue quando o leite é uma atividade mista que visa também a produção de carne, através da criação dos terneiros. Para isto, porém, precisamos ainda aproveitar melhor cruzamentos de raças e a rusticidade dos animais.

É por isto que ele fala em estimular a formação de pastagens, tanto anuais (aveia e milho) como perenes (setária e branquiárias, por exemplo), a implantação de capineiras (de napier e cana) e o uso racional de mandioca, batata-doce, abóbora, etc, na alimentação dos animais. Tecnicamente, ele ainda não esquece da importância de um bom manejo do gado, para que os animais entrem em lactação no período de inverno, permitindo assim a formação de uma boa cota no período de verão:

— O normal aqui é cobrir as vacas em janeiro, dezembro, para parir em agosto, setembro. O ideal é antecipar a época de parição, mas para isto, também, o gado precisa ter alimento no inverno.

Outro ponto, fundamental, é reestruturar as linhas de coleta de leite, tentando reduzir o percurso dos freteiros. Isto permitirá reduzir os problemas de acidez nos dias quentes de verão e também baratear o custo do frete. Isto vem sendo estudado com o apoio de colegas da região Pioneira que acumularam alguma experiência neste sentido. A intenção é criar linhas novas, principalmente nas regiões de pequenas propriedades e viabilizar esta coleta, já que o número de produtores é bem maior que na zona de campo.

Uma atividade complementar

A dona Blondina Eberhard, da Linha do Engano, no município de Fátima do Sul, só reforçaria as colocações dos produtores gaúchos se tivesse participado de uma das muitas reuniões que discutiram a situação do leite nos últimos tempos. É que lá em Fátima, como em qualquer município do Rio Grande do Sul, a comercialização do leite não agrada os produtores. É como diz dona Blondina:

— Quase não compensa produzir, que está muito ruim o preço. Tirando todos os descontos, sobra pouco mais de Cr\$ 20,00 por litro. Este preço devia de melhorar para a gente poder comprar mais vacas, alimentar elas melhor e ter um lucro com a venda.

Ela ouviu falar do movimento dos gaúchos, que se mostram dispostos a paralisar a entrega do produto:

— Nós também devia de fazer isto aqui, porque o que acontece não é justo. Por que nós ganhamos tão pouco e na cidade pagam tão caro?

Dona Blondina, que chegou há 10 anos na região, junto com a família, e que se animou com a planície do Mato Grosso em comparação à terra dobrada que tinham em Tenente Portela (no Rio Grande do Sul) só começou a comercializar leite há quatro anos. Antes eles não tinham propriedade e trabalhavam de empregados em terra de outros. Foi só ter seu pedacinho de chão — 12 alqueires, ou pouco menos de 30 hectares — para começar a criar mais vacas. Hoje de um rebanho de nove vacas, cinco estão em produção, com a família tirando 20 litros por dia.

Ela não tem medo de se apertar com pasto. A família plantou aveia para o inverno, mas mesmo assim o pasto não estará sobrando. As vacas ainda são alimentadas com mandioca, batata, cana, "que ração nem pensar, fica muito caro". Seus animais são Jersey cruzados com Holandês.

Mesmo não sabendo calcular com certeza o quando o leite pesa na renda da família, o dinheiro que eles conseguem com este produto tem sido uma garantia de todo mês:

— O dinheiro do leite é importante, que se compra o que falta na cozinha. Agora, se aumentar o preço, a gente também aumenta a produção.

QUANTO VALE O CRUZEIRO?

Já para seu Avido Carneiro de Oliveira, de Sítio Olaria, no distrito de Montense (municípios de Itaporã), a pecuária leiteira vale mais pelo bezerro do que pelo próprio leite:

— O preço do leite, de acordo com o valor da moeda de hoje, já



Blondina Eberhardt: preço muito ruim



Avido de Oliveira: vale mais o bezerro

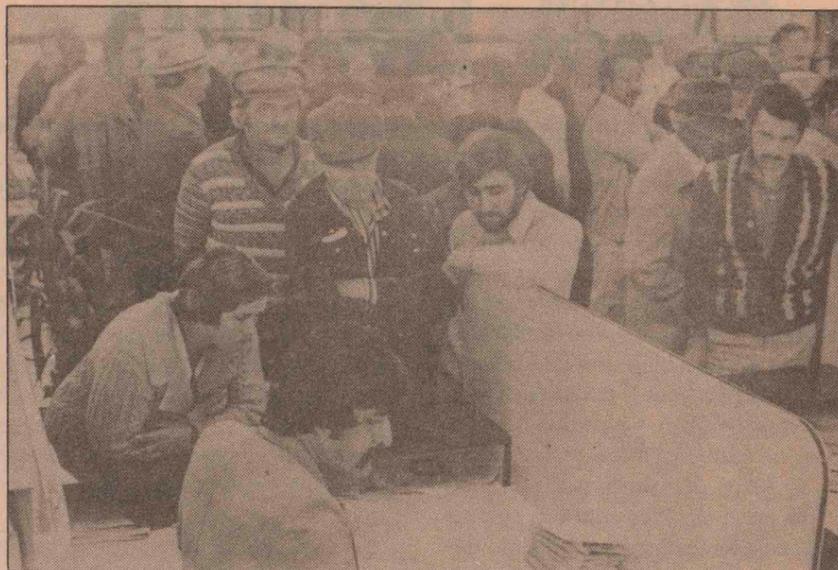
nem se sabe mais o quanto está valendo. Até nem sei mais quanto vale o cruzeiro. Para mim não tem nada mais na agricultura compensando, mas digo que o bezerro vale mais do que o leite.

Seu Avido faz exatamente aquilo que boa parte dos produtores da região costumam fazer: vende para o laticínios apenas aquilo que não coloca na vizinhança. É que o preço que ele alcança na venda direta é mais compensador, pois não tem os descontos de frete, de Funrural e capitalização.

A produção, com oito vacas, é pequena, coisa de 10 a 11 litros por esta época. É que também seu gado, como ele mesmo diz, "é sortido. O mais é Gir-Holanda e duas são cruza com Jersey. Mas sempre tive leite e raramente deixei de vender para o laticínios".

Nos últimos tempos ele anda com vontade de melhorar a qualidade do rebanho, "só que não tem dado jeito. Sempre procurei deixar melhor o gado, vendendo o animal quando está ruim, mas ainda não tenho bem raça leiteira. Tenho para mim que às vezes, mesmo sem investir, posso vender duas vacas e comprar uma e ainda compensar".

Pedido antecipado também para as sementes de verão



A semente só será garantida a quem fizer seu pedido dentro das épocas preferenciais

A adoção do sistema de pedido antecipado de semente é uma experiência que deu certo. A mecânica, introduzida na reserva de sementes de trigo para a safra de inverno na Região Pioneira, permitiu um controle mais adequado das quantias de semente comercializadas pela Cooperativa, eliminando maiores problemas de falta ou excesso de produto para atender os pedidos dos associados.

Tanto deu certo que a Coordenação de Sementes volta a implantar o mesmo sistema agora para as safras de verão, também na Região Pioneira. Só terão atendido, com segurança, o seu pedido de semente aqueles associados que reservarem dentro dos períodos estabelecidos as quantias que pretendem usar na formação das lavouras de verão. E o sistema foi inclusive aperfeiçoado, na tentativa de firmar um compromisso recíproco entre os associados e a Cooperativa, evitando prejuízos decorrentes de um planejamento inadequado sobre quantias de sementes colocadas à disposição do quadro social. Agora, na hora de confirmar o seu pedido de reserva, os associados assinarão uma Nota Promissória Rural no valor do pedido realizado. O Cícero Coitinho de Oliveira Júnior, coordenador de Sementes, explica a razão desta medida:

— A Promissória com vencimento em 30 de setembro, é para assegurar o compromisso do associado em ficar com a semente que reservou. Do contrário, pode acontecer de não conseguirmos atender algum pedido feito fora da época preferencial e ficarmos com semente de sobra, acumulando um prejuízo que será pago por todo quadro social.

OS PERÍODOS PREFERENCIAIS

Por enquanto apenas o milho já tem o preço da semente de cada variedade definido (veja tabela ao lado). O associado interessado na semente deve fazer seu pedido entre os dias 1º e 30 de junho, já assinando a NPR. Os pedidos realizados dentro do período determinado terão garantia de atendimento integral em quantidades e variedades, já quem fizer o pedido mais tarde só receberá sua semente se houver algum estoque em disponibilidade, não sendo assegurada a entrega integral das quantidades e variedades

encomendadas.

Para as sementes de soja, sorgo e forrageiras de verão, os pedidos, também abertos dia primeiro de junho, podem ser feitos até o dia 15 de julho. Por enquanto ainda não foi fixado o preço destas sementes e, por esta razão, o pedido ainda é considerado condicional. Assim, para assegurar o recebimento da semente, o associado deve do mesmo fazer esta reserva antecipada para, mais tarde, quando da fixação dos preços, fazer seu pedido definitivo, confirmando as variedades e quantidades. Apenas nesta ocasião é que será emitida uma Nota Promissória Rural no valor da semente encomendada.

ESPECIE	PER.	PREF.
— Milho	01.06	até 30.06.
— Sorgo	01.06.	até 15.07.
— Soja	01.06	até 15.07.
— Forrageiras	01.06	até 15.07.

PREÇOS DE SEMENTES DE MILHO — REGIÃO PIONEIRA — 82

HÍBRIDOS	PREÇO Cr\$/Kg
CARGILL	
C 501	135,90
C 503	135,90
C 511	135,90
C 408	119,90
AGROCERES	
AG 28	121,20
AG 64	131,00
AG 64 A	131,00
PIONEER	
X 307	163,50
X 313	163,50
515	163,50
6874	163,50
6877	163,50
6872	178,50
6875	178,50
DEKALB	
XL 670	133,90
XL 560	159,50
SAVE (81)	
231	110,50
342	131,00
MOGIANA	
BR 105	126,60

PATRIMÔNIO AINDA EM VIDA

“Quem fala em reflorestar para deixar um patrimônio para os filhos ou netos, está redondamente enganado”, diz o engenheiro florestal Nilo Ruben Leal da Silva, do Departamento Agrotécnico da Cotrijuf. E enganado porque não se leva tanto tempo assim para começar a usufruir dos rendimentos econômicos e ambientais que pode proporcionar uma área reflorestada. Em alguns anos já se está tirando lenha e madeira para usar em casa e mesmo vender com um bom lucro.

O Nilo é da opinião que, atualmente, “um mato plantado com boa preparação do solo tem um desenvolvimento bastante rápido e pode ser aproveitado ainda em vida. Se a muda tem boas condições de enraizamento, no primeiro ano a árvore já pode atingir 2,5 metros de altura”.

O resultado econômico também não é muito difícil de ser avaliado. Ainda mais quando se leva em consideração quais as áreas mais propícias para reflorestar: os terrenos inclinados, ao longo dos cursos de água, ao redor de açudes e vertentes, em solos pedregosos e com afloramento de rochas. Estas áreas são todas de difícil mecanização e mesmo de baixa produtividade agrícola. Ao se implantar nestes locais culturas anuais, como a soja, trigo ou milho, por exemplo, não se estará usando adequadamente o solo. O rendimento que se consegue com um mato é muito maior, pois a erosão líquida em pouco tempo esta terra.

APROVEITAMENTO ECONÔMICO

Quando o produtor planeja reflorestar uma área destas, deve levar em conta uma série de fatores, pois para cada tipo de solo existe uma espécie de árvore que se adapta melhor. Também é preciso decidir qual o aproveitamento econômico que se quer para a área. Pode-se reflorestar tanto com mudas nativas (angico, timbaúva, erva-mate, caroba, etc) ou então com exóticas (eucalipto ou acácia). As espécies exóticas normalmente têm um crescimento mais rápido, como é o caso do eucalipto, que dá seu primeiro corte já quatro ou cinco anos após o plantio. As nativas, entretanto, por serem árvores próprias da região, são ideais para a preservação do ambiente natural e, ao mesmo tempo, também fornecem a madeira e a lenha que se procura. “Estas espécies ainda permitem a produção de água nas vertentes”, lembra o Nilo, “pois a água que sai das vertentes se origina da infiltração lenta e gradativa da água da chuva nas florestas. A água que escorre na superfície do solo vai direto para os rios e riachos, provocando a poluição das águas”.

A RAPIDEZ DAS EXÓTICAS

Uma boa parte dos reflorestamentos que vem sendo feitos nos últimos anos têm dado preferência ao plantio de eucalipto, isto por seu rápido crescimento e ainda pela característica de rebrotar da planta depois de cada corte. A sua madeira tem um alto poder calorífico, queimando muito bem e produzindo bastante energia quando usada como lenha. Pode

ainda ser aproveitada como material para moirões, palanques, tramas, etc. Outra característica é que o eucalipto tem mais de 500 espécies diferentes, e assim pode se adaptar, dependendo da espécie, a qualquer tipo de solo.

Outra espécie exótica é a acácia negra, também bastante comum em grandes projetos de reflorestamento. Esta árvore, de acordo com o Nilo, tem um aproveitamento basicamente para lenha, mas ajuda bastante na recuperação de solos pobres e com muita erosão. O Nilo explica a razão:

— A acácia negra tem um enraizamento muito profundo e devolve bastante matéria orgânica ao solo, através da queda de folhas e galhos que se decompõem rapidamente. Além disso, o toco da árvore apodrece rapidamente depois do corte, em coisa de dois anos, ajudando na renovação das características físicas e químicas do solo. Por dar apenas um corte, pois não rebrota, a acácia não vem sendo tão usada como o eucalipto, que rebrota e dá assim várias explorações.

Em torno de cinco a seis anos após o plantio a acácia já alcançou um porte que permite seu aproveitamento como lenha. Depois, se desejado, pode ser novamente plantada.

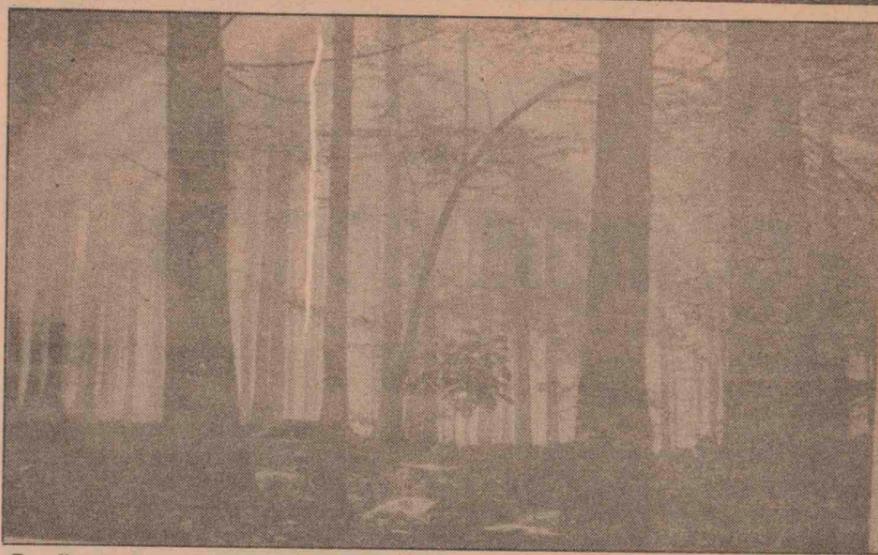
Existe ainda uma espécie nativa, a bracatinga, que tem as mesmas características da acácia. Ela é uma árvore mais comum na região do Alto Uruguai e em Santa Catarina, e serve muito bem para a produção de lenha.

PRESERVAR AS MATAS

É por estas razões que o Nilo é favorável ao reflorestamento com espécies exóticas — como o eucalipto ou a acácia — quando se deseja um aproveitamento econômico mais imediato da área ocupada pelo plantio de árvores:

— Enquanto estivermos plantando estas exóticas, estaremos conseguindo produtos florestais de maneira rápida, principalmente a lenha e material para a construção de instalações na propriedade rural. Com isto, o que resta de mata nativa vai sendo preservada. Outra vantagem é que enquanto estiver sendo feita a exploração da mata exótica, a mata nativa vai se instalando naturalmente, com o surgimento de espécies de alto valor. A primeira espécie que nasce dentro de um mato de eucalipto que está sendo explorado, e com bom desenvolvimento, é o camboatá, vindo a seguir as canelas, a pitanga, a guabiroba, o branquilha e ainda uma espécie de grande valor econômico, que é a erva-mate.

Na idéia do Nilo, o ideal é que o produtor faça reflorestamento tanto com espécies exóticas como de nativas, adequando cada espécie ao tipo de solo que tem disponível para aproveitamento florestal. O primeiro rendimento econômico vem das exóticas, mas também em alguns anos já poderá estar usufruindo os produtos das espécies nativas e as consequências positivas na melhoria de sua propriedade.



Rendimentos econômicos e ambientais

Cada árvore no seu canto

Um dos primeiros pontos a levar em consideração na hora de escolher a área para reflorestamento é o tipo de solo que se tem disponível. É que cada espécie de árvore se adapta melhor a um local específico, produzindo assim satisfatoriamente aquilo que se espera.

O eucalipto é planta sem muita exigência, dependendo tudo da variedade escolhida. Para cada tipo de solo, há uma variedade que se adapta bem, seja em banhados, solos pedregosos, secos e pobres. O técnico da sua região poderá indicar qual a variedade melhor para a área a ser reflorestada.

A acácia negra já é mais exigente. Ela quer solos profundos e bem drenados, que também são solos de boa qualidade para a agricultura. Ai então é preciso optar por um rendimento de cultura anual (como trigo ou soja) ou o de uma cobertura permanente.

Das espécies nativas, veja nas tabelas quais os tipos de solo e aproveitamento de cada árvore, que foram divididas de acordo com a velocidade de seu crescimento. Outra tabela é específica das frutíferas nativas, que podem ser plantadas nas beiradas de rios, riachos e vertentes, servindo ainda de alimento para os peixes e pássaros.

ESPÉCIES FLORESTAIS NATIVAS

RÁPIDO CRESCIMENTO		
ESPÉCIE	TIPO DE SOLO	APROVEITAMENTO
Açoita Cavalo	úmido	madeira, lenha
Bracatinga	pobre, seco	lenha, madeira, tanino e ornamental
Canafstula	profundo	madeira, ornamental
Canjerana	profundo	madeira
Caroba	profundo	madeira
Louro	profundo	madeira — lenha
Timbaúva	menos em solo molhado	madeira, ornamental
Erva-mate	profundo	erva-mate, ornamental

MÉDIO CRESCIMENTO

ESPÉCIE	TIPO DE SOLO	APROVEITAMENTO
Cedro	profundo	madeira, ornamental
Guajuvira	úmido, pedregoso	madeira, lenha
Pinheiro Brasileiro	profundo	madeira e frutos

LENTO CRESCIMENTO

ESPÉCIE	TIPO DE SOLO	APROVEITAMENTO
Angico	úmido, pedregoso	lenha, madeira
Camboatá	profundo	lenha, madeira

ESPÉCIES FRUTÍFERAS NATIVAS

ESPÉCIE	TIPO DE SOLO	APROVEITAMENTO
Cereja	leve, fértil	frutos, ornamental
Guabijú	fértil, pedregoso, úmido	frutos, ornamental
Guabiroba	fértil, úmido	frutos
Ingá	leve, úmido	frutos, ornamental
Jaboticaba	fértil, úmido	frutos, ornamental
Pitanga	fértil, úmido, pedregoso	frutos, ornamental
Sete-capotes	fértil, leve	frutos, ornamental
Uvaia	úmido, leve	frutos, ornamental
Araticum	leve, úmido, fértil	frutos, ornamental

Um custo que sempre compensa

Para provar que não se leva tanto tempo assim para começar a aproveitar o rendimento econômico de uma área reflorestada, o Nilo apresenta alguns números que dizem respeito a um hectare de eucalipto. Esta é a espécie que tem o mais rápido desenvolvimento, principalmente quando se pensa na produção de lenha para fins energéticos.

Cinco anos depois do plantio, segundo o Nilo, um hectare de uma mata de eucalipto implantada no espaçamento de 1,5 metros por 1,5 metros (ou ainda de um por dois metros ou um por 1,5 metros), chega a produzir em média 350 metros cúbicos de lenha. Em alguns casos, quando o solo tem uma alta fertilidade, a produção de lenha chega a 400 metros cúbicos por hectare. Como o preço da lenha anda entre Cr\$ 1.000,00 e Cr\$ 1.200,00 o metro cúbico, o rendimento mínimo que um produtor pode esperar hoje, de um eucalipto de cinco anos, é de Cr\$ 350.000,00.

É claro que existe um custo de implantação, mas não se gasta nada na manutenção da área. O

único cuidado, durante o período de crescimento das mudas é combater as formigas. O gasto é dividido em quatro itens. O primeiro é com a aquisição das mudas, ao preço de Cr\$ 6,00 cada uma. Num destes espaçamentos recomendados no caso de exploração da mata para a lenha, se usará mais ou menos 5.000 mudas, por hectare o que representa um desembolso de Cr\$ 30.000,00. Um segundo item é o custo da subsolagem na preparação do solo, avaliado em Cr\$ 3.500,00 por hectare. Com mão-de-obra o gasto é avaliado em Cr\$ 1.000 por muda plantada, o que vai representar Cr\$ 5.000,00. Por fim, existe o custo com inseticidas, na base de dois quilos por ano em cada hectare. Cr\$ 580,00 por ano). No final das contas, o custo da implantação chega Cr\$ 39.080,00.

"Desta forma", explica o Nilo, "o lucro mínimo de um hectare de eucalipto fica um pouco acima de Cr\$ 300.000,00 a preços de hoje, o que representa uma renda anual de Cr\$ 60.000,00 por hectare. E quem consegue uma renda líquida destas plantando uma lavoura anual?"



Em cinco anos, uma média de 350 metros cúbicos de lenha

O solo bem preparado

Os meses de inverno são os ideais para o plantio das mudas de árvores exóticas ou nativas. A época pode se estender até setembro, na entrada da primavera, isto se o período for de chuvas boas. Além da escolha da área, o resultado satisfatório vai também depender de um bom preparo do solo.

A recomendação técnica é que se faça um preparo em profundidade, utilizando o pé-de-pato com no máximo três ferros. Isto vai permitir que se rompa aquela camada compactada e dura de solo que existe a uns 25 ou 30 centímetros de profundidade, dando condições satisfatórias para o enraizamento das plantas. Assim, se a muda tem boas condições de enraizamento, no primeiro ano ela já poderá atingir 2,5 metros de altura. Não existindo estas condições, a muda dificilmente

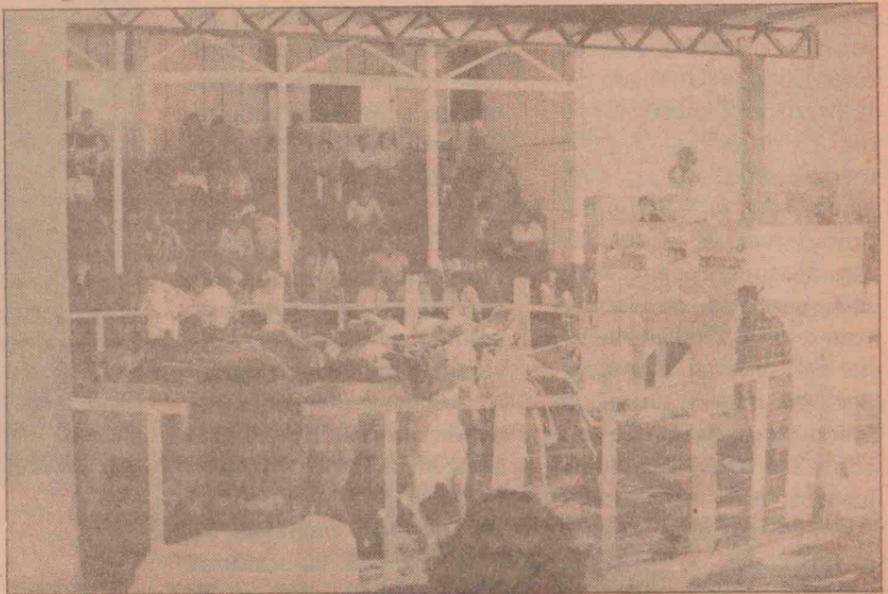
te ultrapassará a altura de 80 centímetros.

Nos solos inclinados, para evitar a erosão, esta aração pode ser feita apenas na linha, deixando inclusive sobre o solo a vegetação ali existente.

O espaçamento ideal, entre uma muda e outra, fica em torno dos quatro metros.

Depois de implantadas as mudas, o maior cuidado deve ser no controle das formigas cortadeiras. Se recomenda inclusive a aplicação de formicida antes mesmo do plantio, atingindo diretamente os formigueiros não só da propriedade como também, se possível, das vizinhanças. O controle das formigas deve continuar também depois, para evitar o ataque destas pragas que podem acabar com aquilo que se tornaria um belo e útil reflorestamento.

Feira do Terneiro: Muito comprador para pouco gado



O movimento atingiu Cr\$ 17.469.600,00 com a venda de 944 animais

Os criadores que colocaram animais à venda na VIII Feira do Terneiro de Ijuí, no dia 4 de junho, conseguiram preços bem compensadores. Esta foi, aliás, segundo produtores e o pessoal envolvido com a coordenação da mostra, a feira dos vendedores. Houve pouca oferta de animais, e apareceram uns 60 criadores dispostos a comprar. Como consequência, os leilões registraram valores de compra que, já no início dos negócios, andavam ao redor dos Cr\$ 100,00 por quilo. O movimento total de vendas atingiu Cr\$ 17 milhões 469 mil e 600, com uma média de preço de Cr\$. . . 18.534,53 por animal.

Os organizadores da feira, promovida pela Secretaria da Agricultura, Cotrijuí e Escola Assis Brasil, aguardavam uns 1.800 animais este ano. Deram entrada no Parque Assis Brasil apenas 944 terneiros, com um peso médio de 185 quilos. A estiagem do final do inverno do ano passado, e que também atingiu o período de verão, não permitiu que os animais que poderiam participar da feira ganhassem peso suficiente. Um terneiro, para que possa ser negociado contando com financiamento, deve ter no mínimo 160 quilos.

Segundo o veterinário Waldir Groff, do departamento Agrotécnico da Cotrijuí e integrante da comissão organizadora, é preciso levar em conta também outro aspecto, para que se explique a pouca oferta. Os terneiros encaminhados às feiras de Ijuí procedem geralmente das regiões tradicionais de criação, como a zona da campanha, e muitos vendedores não esperavam tanta procura, como aconteceu desta vez, em função, principalmente, da situação

não muito boa para a pecuária.

Mas, ao contrário, os produtores que pretendem investir na criação de gado, nas regiões agrícolas, compareceram à feira, e dispostos a comprar. Todos os animais que foram à leilão saíram do Parque Assis Brasil negociados. Vieram terneiros de Uruguaiana, Livramento, São Borja, Santiago, São Luiz Gonzaga, Tupanciretã e Ijuí, entre outros municípios. Os financiamentos foram concedidos pelos bancos Sul-brasileiros e Banrisul, suplementação de recursos da Caixa Econômica Estadual.

NOVO LEILÃO

Os poucos animais à venda apressaram os leilões e deixaram alguns criadores frustrados, pois os negócios foram fechados em pouco mais de três horas. Mas quem não pôde comprar terneiros na feira do dia 4, terá uma nova oportunidade. A Adeplan — Administração, Empreendimentos e Planejamentos Agropecuários, que atuou como um dos leiloeiros, decidiu ali mesmo, no Parque Assis Brasil, depois de consultar os produtores presentes, a realização de um novo leilão.

Este leilão, marcado para o dia 19 de junho, um sábado, no mesmo local, terá 50 novilhos de sobreano, dois anos e meio e três anos e meio, de vários municípios. Segundo Carlos Rivaci Sperotto, diretor da Adeplan, esses novilhos podem ser terminados em 120 dias, e permitirão o aproveitamento de pastagens formadas no inverno, desocupando depois essas áreas para o plantio de soja. Ele lembrou, ao anunciar o novo leilão, que estavam inscritos em Ijuí para adquirir terneiros, produtores que se habilitavam à compra de uns 10 mil animais.

Em julho começa novo convênio na Unimed

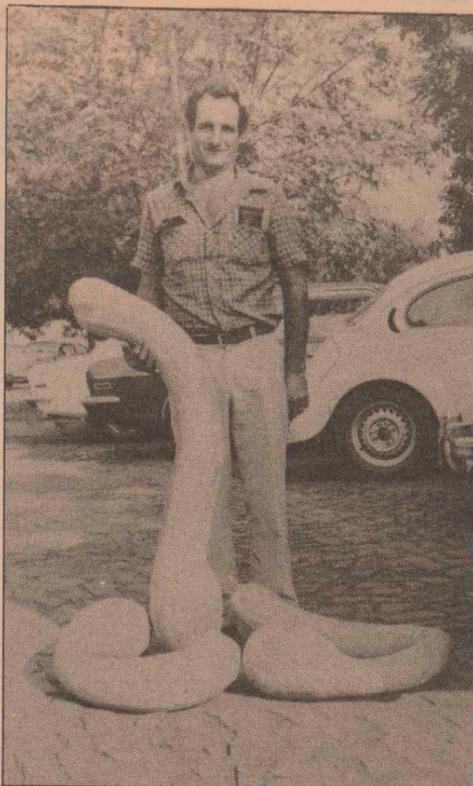
A partir do dia 15 de junho estarão novamente abertas as inscrições para quem se interessar em participar do convênio de assistência médica e hospitalar Cotrijuí/Unimed. Este prazo será encerrado no dia 15 de julho. O custo mensal do plano, porém, ainda não está definido, pois o reajuste do convênio atualmente em vigor será acertado de acordo com o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) do mês de julho. O preço da participação nas consultas também será reajustado por este índice. Além da assistência médica e hospitalar, o plano é complementado por um seguro de vida em grupo e acidentes pessoais para o titular, no nosso caso os associados que se inscrevem com a família neste convênio.

Os beneficiários da Unimed podem contar com os seguintes atendimentos: consulta em horário normal de atendimento nos consultórios médicos; exames de laboratório, de raio-X e fisioterapia, eletroencefalograma, eletro-

cardiograma e ainda outros testes auxiliares do diagnóstico médico; internação hospitalar, com cobertura de diárias hospitalares, serviços de enfermagem, anestesia (nas localidades onde houver anestesista habilitado), exames, transfusão de sangue, etc.

Existem dois tipos de plano, de acordo com a cobertura destas despesas escolhida pelo usuário, com valores diferenciados quanto ao custo mensal. O Plano da Unimed-Ijuí, presta assistência dentro da área Pioneira da Cotrijuí, através de 146 médicos, 28 hospitais, 24 laboratórios de análise clínicas, um laboratório de patologia e uma clínica de Traumatologia e serviços fisioterápicos.

As inscrições de novos usuários, e a confirmação do interesse em continuar participando do plano, deve ser feita junto a cada Unidade da Cotrijuí. Ali também estarão à disposição folhetos explicativos, onde são descritos todos os serviços cobertos por este convênio.



Abóbora até não querer mais

Elsó Foletto, associado em Dr. Bozano (Ijuí), até levou um susto quando colheu uma das abóboras da safra deste ano. Abóbora igual ele nunca tinha visto: pesava exatamente 21 quilos. E todas as abóboras daquele pé deram de bom tamanho, mas nenhuma alcançou um peso tão expressivo.

— Abóbora de pescoço do tamanho igual a esta eu nunca tinha visto. Lembro que no tempo em que era criança, o meu pai colheu uma com 45 quilos, mas era daquela comum. Esta eu plantei como sendo abóbora-menina, que dá pescoço.

As sementes foram plantadas numa beirada de lavoura e quando o pé começou a crescer, como conta o seu Elso, "nós empurramos para um cerradinho. E deu abóbora até não querer mais".

Conservação do solo já preocupa no MS

Mesmo com solos menos explorados pela agricultura, os estragos da erosão também pode se tornar um problema grave no Mato Grosso do Sul. Foi exatamente para discutir esse assunto que foram programadas algumas reuniões na área da diretoria regional do Mato Grosso, numa tentativa de que esta preocupação comece a aparecer antes que o problema exija altos investimentos para recuperação dos solos.

O responsável pela

coordenação de solos na Cotrijuí, Rivaldo Dhein, foi quem provocou o assunto durante duas palestras que realizou na última semana de maio. Uma delas foi em Caarapó, reunindo os técnicos de diversas entidades que trabalham junto ao produtor rural. A outra foi em Dourados, durante um encontro de todo Departamento Técnico da Cotrijuí que atua no Mato Grosso do Sul.

As colocações gira-

ram em torno das consequências do uso inadequado do solo, explorado de forma agressiva pelo sistema de agricultura anual, sem que exista, em contrapartida, um trabalho que leve em consideração que o solo é único e deve ser bem cuidado.

Na reunião em Dourados ficou claro que cada região tem um tipo de solo e um tipo de problema. Do mesmo, porém, existem práticas comuns que evitam o empobrecimento e o processo de erosão. Uma delas, por exemplo, é a rotação de culturas, integrando inclusive a agricultura com a pecuária. Em Caarapó o assunto preocupou os participantes a tal ponto, que decidiram formar um grupo de trabalho — que recebeu o apoio da Prefeitura Municipal — para aprofundar a discussão sobre o assunto e iniciar um trabalho para evitar as práticas que levam ao desgaste do solo.



Em Dourados participaram todos os técnicos da área da Cotrijuí

TRIAMEX

Agora é lucro líquido.

Quem usou, comprovou. Triamex é o mais eficiente e o mais econômico herbicida para milho: sozinho, controla gramíneas e folhas largas e mantém sua lavoura limpa do plantio até a colheita, economizando pelo menos três capinas. Tudo isso sem causar mal algum ao milho e por um custo bem menor que de outros produtos ou técnicas de capina que você conhece.

Mas Triamex não é só eficiente, econômico e seguro. É agora, o único herbicida para milho que lhe dá opção de escolha. Você pode ficar entre a tradicional formulação pó-molhável ou com a nova e avançada formulação líquida, muito mais fácil de dosar, manusear e aplicar.

Use você também Triamex, Triamex pó ou líquido, vai fazer de você duas vezes campeão. Campeão de produtividade e campeão de economia.

Comprovadamente, o pacote econômico para o milho.

FABRICADO COM INGREDIENTE ATIVO PRODUZIDO NO BRASIL PELA EMPRESA CIA. Pesquisa e Indústria Brasileira Especializada

CNDIA - Cia. Nacional de Desenvolvimento Agrícola

Exatidão Cotrijuí - Rua Maria Costas Brasil, 215 - Bairro C. 11 - Jd. 3º - CEP 01081 - Fone: 345-8313 e 345-4332 - Telex: 112041

COTRIEXPORT

Corretora de Seguros Ltda.

A Cotrijuí dispõe de sua própria Corretora de Seguros, prestando serviços aos associados, funcionários e amigos.

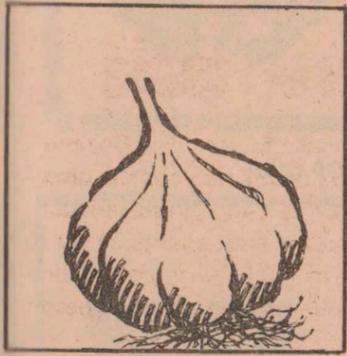
Na realização de Seguro de Vida, Acidentes Pessoais, Incêndio, Automóveis e outros, procure sempre a nossa orientação.

Seja você o próximo a usar estes serviços, pedindo quaisquer informações sobre Seguros em geral.

Seguro é com a COTRIEXPORT — mais um elo da união.

Em Ijuí: rua das Chácaras, 1513 — fone 332-2400 — ramal 364

A LAVOURA NO MÊS

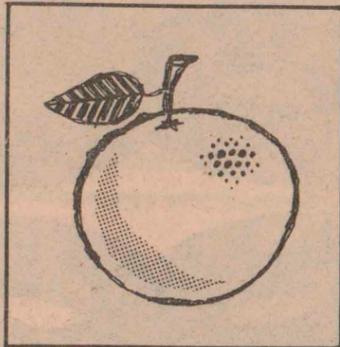


ALHO

As lavouras de alho estão agora completamente implantadas, estando as últimas em fase de germinação das sementes. No período ocorreram algumas chuvas de forte intensidade, mas que foram irregulares. Assim, o solo está novamente seco, prejudicando o desenvolvimento das plantas. Esta situação pode prejudicar o alho precoce ("Gaúcho"), mas certa-

mente ainda não está afetando os alhos mais tardios, tipo "Portela".

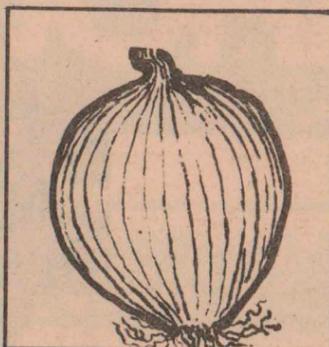
A infestação com invasoras de inverno tem sido significativa nas lavouras de alho, em parte porque estes solos normalmente são os mais férteis, e ainda pela dificuldade na capina do alho no período inicial do desenvolvimento. O controle desses inços pode ser manual ou químico, sendo que o manual é o mais recomendado, pois a capina, se bem efetuada, traz até alguns benefícios à planta. Mas quando a infestação for muito intensa, o caminho é a utilização de herbicidas, que devem ser empregados quando o inço for ainda pequeno, no máximo com duas a três folhas. Analisando-se as lavouras de alho, em termos gerais pode-se concluir que a situação é satisfatória.



POMAR DOMÉSTICO

O pomar doméstico no período de junho deve ser adubado com fósforo e potássio, usando-se 300 gramas de superfosfato triplo e 100 gramas de cloreto de potássio. A aplicação efetua-se na projeção da copa da planta. Pode-se ainda passar a juntar matéria orgânica, dando-se assim condições para que até a primavera ela esteja disponível às plantas.

Outra prática recomendada é o plantio de espécies vegetais que possam ser ceifadas na primavera, dando assim uma boa cobertura ao solo.



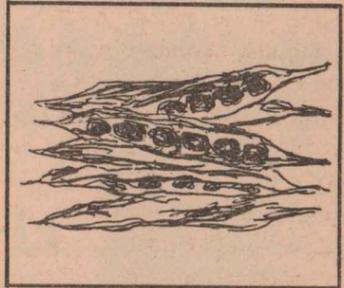
CEBOLA

As sementeiras de cebola estão se desenvolvendo muito bem, com germinação e vigor excelentes. O aspecto sanitário é também satisfatório, não tendo ocorrido moléstias que exigissem controles permanentes.

A maior parte das sementeiras está com as mudas praticamente no ponto de transplante. As poucas chuvas na região, infelizmente, continuam a ser um problema, atrasando em muitos casos o transplante e em outros casos prejudicando as plantas que foram mudadas e que não mais tiveram chuvas.

O espaçamento da cebola de 30 centímetros entre linhas

e 10 centímetros entre plantas é o recomendado para a região Pioneira. O solo para o plantio definitivo deve ser leve e solto, para assim dar condições ao bom desenvolvimento dos bulbos.



ERVILHA

O interesse de muitos produtores no cultivo da ervilha é motivo para mais uma vez lembrarmos que o mercado para este produto existe, mas é exigente no que diz respeito a cor do grão descascado ou quebrado, o qual deve ser verde. Assim, nestas condições, o recebimento de ervilha com grãos verdes é possível para a próxima safra, a exemplo do que já ocorreu em anos anteriores.

HORTA DOMÉSTICA PARA 5 PESSOAS

Repolho	12 m2	cultivados em 2 épocas	- 36 m2
Couve	12 m2	cultivada em 2 épocas	- 24 m2
Rabanete	4 m2	cultivado em 6 épocas	- 24 m2
Tomate	10 m2	cultivado em 2 épocas	- 20 m2
Pepino	10 plantas		- 25 m2
Alface	12 m2	cultivado em 6 épocas	- 72 m2
Rúcula	6 m2	cultivado em 4 épocas	- 24 m2
Cenoura	18 m2	cultivado em 2 épocas	- 36 m2
Cebola	40 m2	cultivada em 1 época	- 40 m2
Condimentos	2 m2	cultivados em 2 épocas	- 4 m2
Total	119 m2		

HORTA SUGERIDA PARA JUNHO/JULHO

Espécie - Variedade
 Repolho: Coração de boi (Chato de quintal)
 Couve: Manteiga Georgia
 Rabanete: Redondo Vermelho - SAXA
 Rúcula: Cultivada
 Cenoura: Nantes
 Cebola: Baia Periforme
 Alface: Boston branca
 Beterraba: Early Wonder

12,5 m

6 m

6 m

Junho Repolho	Junho Repolho
Junho Rabanete	Junho Couve
Junho Espinafre	Junho Beterraba
Junho Cenoura I	Junho Cenoura I - Cenoura I
Junho Alface II	Junho Rúcula II
Junho Cenoura II	

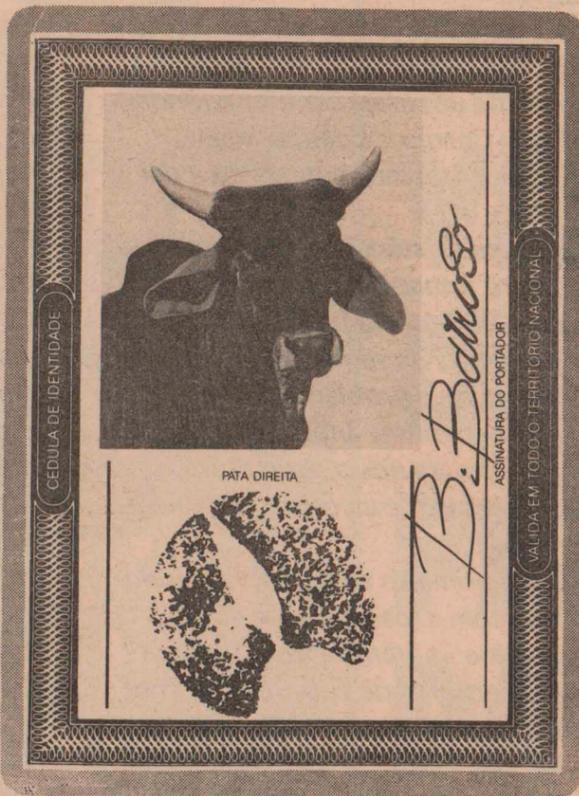
13 m

4 m

Após a chuva transplantar Cebola, aplicar 3 kg de adubo 5-30-10

Espaçamento: 10 cm entre plantas
30 cm entre linhas

Brasileiro, solteiro, vacinado.



As Vacinas Irfa imunizam os rebanhos contra a febre aftosa, garantindo saúde aos animais e maiores lucros ao criador.

É um produto totalmente gaúcho, com a qualidade e eficiência Irfa.

Prestígio o que é nosso.



Vacinas Irfa
 Instituto Riograndense de Febre Aftosa



COTRIJUI

ANO

25

Este ano uma idéia está fazendo 25 anos. Uma idéia nascida entre 25 agricultores de Ijuí, nos idos de 1957.

Naquele ano, no dia 20 de julho, aqueles homens simples e solidários resolveram juntar seus esforços em torno de um ideal comum e fundar uma cooperativa, a Cotrijuí. Logo, o ideal cultivado com suor e esperança começou a dar seus frutos.

Com alguns meses de existência a cooperativa já tinha o seu primeiro armazém, com capacidade de estocagem de 9.000 toneladas. Desde então, a Cotrijuí não parou mais de reunir agricultores e buscar soluções para seus problemas de produção. E, ao longo desses anos, deu passos decisivos e pioneiros para nossa agricultura, sempre visando beneficiar e valorizar o trabalho do homem do campo.

Assim, construiu o primeiro armazém de fundo inclinado do País, com capacidade de 45.000 toneladas de cereais e implantou seu Terminal Graneleiro, no Superporto de Rio Grande, com uma capacidade de estocagem de 220.000 toneladas.

Hoje a Cotrijuí é uma das maiores cooperativas do País, com mais de 20.000 associados diretos

que somados a seus dependentes totalizam mais de 100.000 pessoas espalhadas pelo Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul.

Seu complexo empresarial inclui desde fábrica de óleos vegetais (em Rio Grande), frigoríficos (em Dom Pedrito), empresas de processamento de dados (Cotridata); até exportação e importação (Cotriexport).

Além de uma rede de hospitais e farmácias, constantemente ampliada em número de unidades e qualidade de atendimento, a Cooperativa mantém em benefício de seus associados uma cadeia de lojas onde cada um encontra desde utilidades para o lar até acessórios para implementos e máquinas agrícolas.

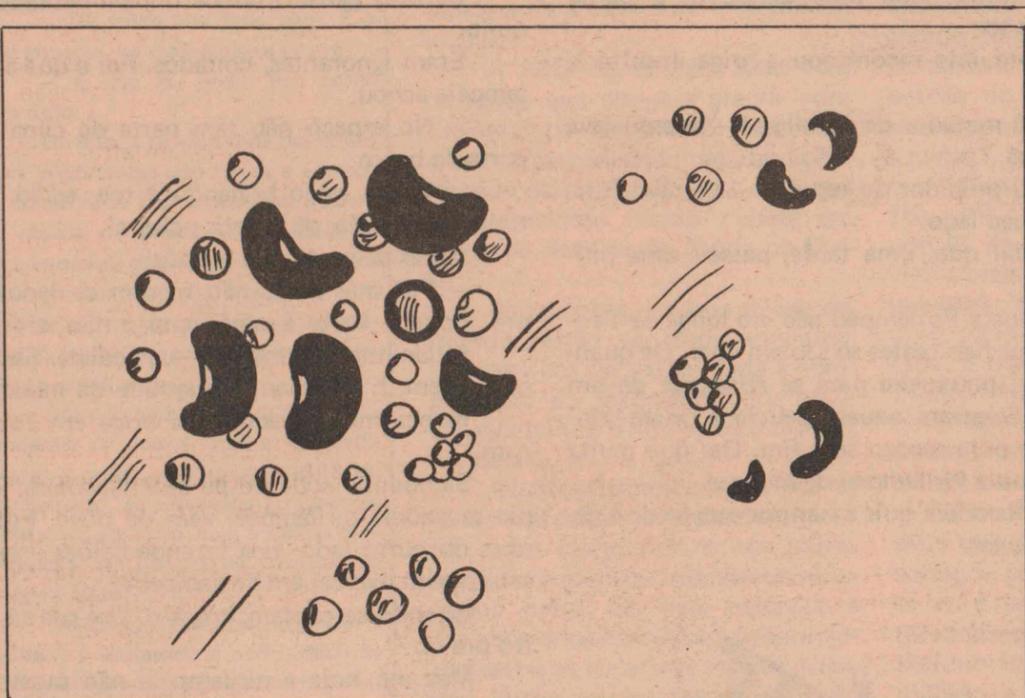
Mas, a Cotrijuí sabe que ainda há muito o que fazer, há muito o que conquistar e, a cada ano que passa, novos projetos, novas idéias, novas realizações nascem e se consolidam sempre em torno do ideal da cooperação: a força de cada um a serviço de todos.

Em 1957, um punhado de homens plantou uma semente fértil nesta boa terra, 25 anos de trabalho duro e dedicação constante têm multiplicado as colheitas.



SUPLEMENTO INFANTIL

ELABORADO NA ESCOLA DE 1º GRAU FRANCISCO DE ASSIS - FIDENE IJUI



O PRETINHO E A SOJA



O pretinho sempre fô muito apreciado. Dificilmente faltava à mesa de todos. Porém aos poucos ele foi ficando escasso. Surgiu então a idéia de misturá-lo com a soja. Encontramos hoje, nos supermercados, uns pacotes de feijão preto misturado com feijão soja, a "sojada".

Esta modificação não agradou o nosso amigo pretinho. O feijão soja demora mais para cozinhar e dá um gosto diferente na nossa querida feijoada. No entanto, afirmam os entendidos, o feijão soja é um alimento muito bom. O que está faltando é o hábito de comê-lo. Tudo depende do jeito de preparar.

E assim vão se manifestando as diferentes opiniões: Uns vendo na soja uma solução para a nossa alimentação, outros, de jeito nenhum, querem desistir de saborear o gostoso pretinho.

Texto da série "Caminhos"

FRASES

"Todos os seres vivos precisam de uma boa alimentação para terem uma boa saúde.

Muitas crianças já nascem com problemas porque as mães são mal alimentadas" (Mauro Almeida da Silva - 7 anos).

"Com a falta de dinheiro para os alimentos as pessoas ficam desnutridas" (Andréia Callai - 7 anos).

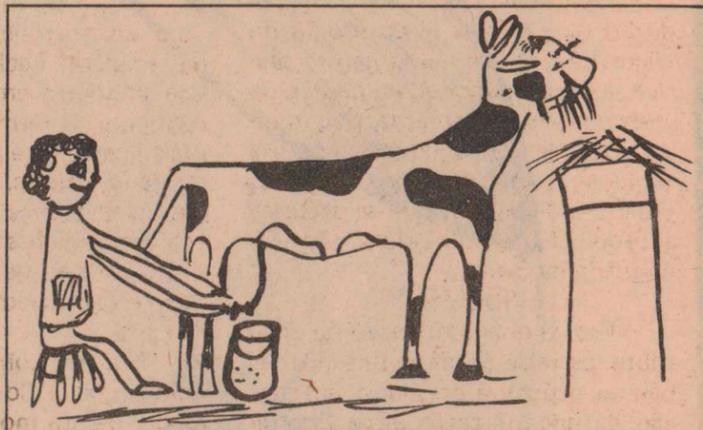
"O governo brasileiro só pensa em comprar armas, aviões, carros, etc. . . e não pensa no povo que está cada vez mais pobre e com fome" (Anderson Bittencourt - 8 anos).

"Centenas de pessoas morrem por doenças mas a maioria morre de falta de comida só porque não tem o dinheiro para comprar o alimento" (Juliano Maldaner - 7 anos).

Frases coletadas junto aos alunos da 2a. e 3a. séries da Escola de 1º Grau "Francisco de Assis" - Ijuí -



A VACA MALHADA



A vaca da mamãe é gorda e bem tratada, dá leite gostoso e seu nome é Malhada. Malhada está no potreiro logo ao amanhecer. Mamãe vai tirar o leite, que eu vou levar prá vender.

A PIRILAMPÉIA E OS DOIS MENINOS DE TATIPURUM

No planeta de Tatipurum moravam dois meninos: Fulaninho e Sicraninho. Fulaninho morava num lado. Sicraninho, no outro. Fulaninho e Sicraninho não tinham muito que fazer. Tatipurum era um Planeta chato.

Fulaninho vivia pegando formigas. Botava na palma da mão. Depois, fuuuuu, assoprava as criaturinhas para o espaço.

Sicraninho brincava de cuspir à distância. Cada vez, chopte!, ele tentava cuspir mais longe. Um dia ele cansou da brincadeira. Esticou o pescoço. E gritou para Fulaninho:

— Ei, garoto! Você gosta de ficar de cabeça pra baixo?

— Quem está de cabeça pra baixo é o senhor. Eu estou de cabeça pra cima.

Fulaninho estava furo de raiva: “— Vou provar pra você quem é que está de cabeça pra baixo”. Largou as formigas e plantou um pé de pitangueira.

— Pitangueira cresce pra cima, não é?

— É — respondeu Sicraninho.

— Então. Se eu tiver de cabeça pra baixo, ela não cresce.

A pitangueira cresceu que cresceu.

Os passarinhos vinham bicar as frutas. Fulaninho estava todo contente. As formigas ficaram em paz, passeando de um lado para o outro. Sicraninho, do outro lado, estava muito enfezado.

A noite de São João chegou em Tatipurum. O céu ficou assim de balões. Balão cruz, balão tangerina, balão travesseiro. De todo tipo e tamanho tinha. Sicraninho arrumou cola e papel. Fez um balão. “— Ei, gritou ele para Fulaninho”

— Balão sobe pra onde?

— Pra cima, ora essa.

— Então. Se eu tiver de cabeça pra baixo meu balão não sobe.

O balão de Sicraninho ficou na dúvida. Mas, depois, subiu que subiu.

Sicraninho ficou todo lampeiro. E parou de cuspir à toa.

Dia seguinte recomeçou a briga. Insulto ia e vinha:

— Seu matador de formigas! — se esgoelava Sicraninho.

— Seu poluidor do espaço! — berrava Fulaninho, do seu lado.

Vai daí que, uma tarde, passou uma pirilampéia.

O planeta Pirilampeu não era longe de Tatipurum. Seus habitantes só sabiam voar. De quando em vez, pousavam para se abastecer de um mel azul. Sugavam aquela delícia e saíam pirilampeando pelo espaço sem fim. Daí que muita gente chamava Pirilampeu de Melazul.

A pirilampéia quis saber por que os dois garotos brigavam.

— Bobagem — garantiu ela. — Eu que venho do espaço posso pousar do lado de Fulaninho. Aí, Sicraninho está de cabeça pra baixo, de cabeça.

Sicraninho já ia botar a boca no mundo.

— Calma — disse a pirilampéia.

Deu uma voadinha bem grande. E, depois, chegou do lado de Sicraninho.

— Se eu cheguei do lado de Sicraninho. . .

. . . Fulaninho agora é que está de cabeça pra baixo, é que está.

Os dois garotos nunca tinham pensado naquilo.

Eram ignorantes, coitados. Foi o que a pirilampéia achou.

— No espaço não tem parte de cima nem parte de baixo.

— Vocês estão brigando à toa, estão. (Ela tinha esta mania, de repetir palavra).

Antes de partir, ela propôs:

— Por que vocês não trocam de lado? Só um pouco. Para experimentar, não trocam?

Fulaninho arrumou as suas coisas. Sicraninho, idem. E a pirilampéia ajudou na mudança.

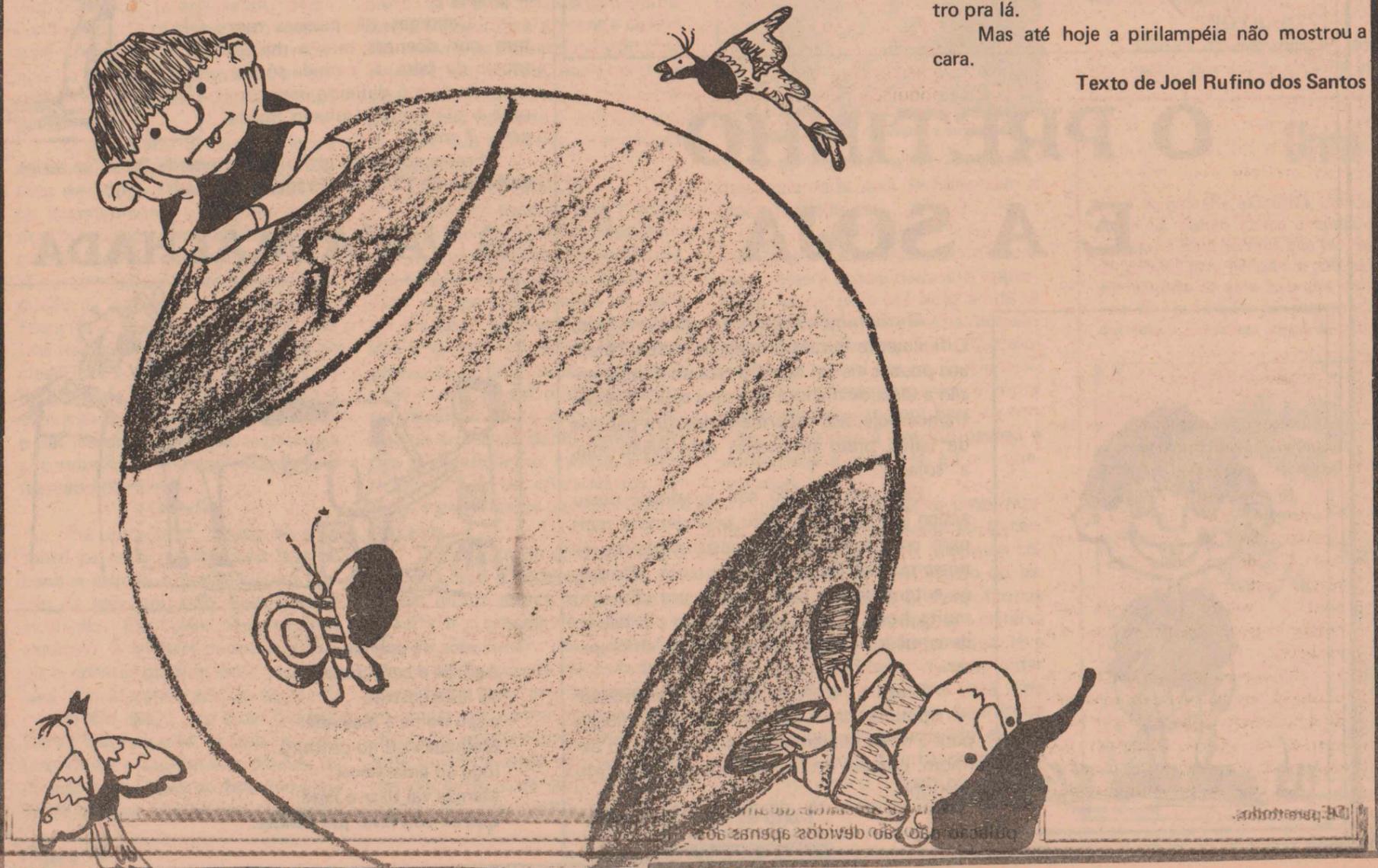
Nunca mais se soube de briga em Tatipurum.

Sicraninho sobe no pé de Pitangueira. E espia se aquela pirilampéia vem de novo. Fulaninho, do outro lado, fica fazendo balões — quem sabe algum não cai em Pirilampeu?

Quando se cansam, trocam. Um pra cá, outro pra lá.

Mas até hoje a pirilampéia não mostrou a cara.

Texto de Joel Rufino dos Santos



ENIGMA



-alde + em

a +



-vro + mentadas

tem



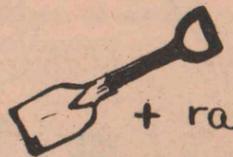
çã + ior



-ca + ci + li +



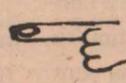
-do + de



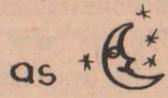
+ ra



-rvore + pren +



-do + r



as + -ua + ições,

cres +



mais



-to + pi +



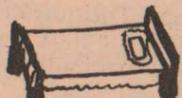
-do + mente e



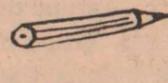
-sa + lhor,



-apo + ão



-ca +



-láp

a +



-que + gres e

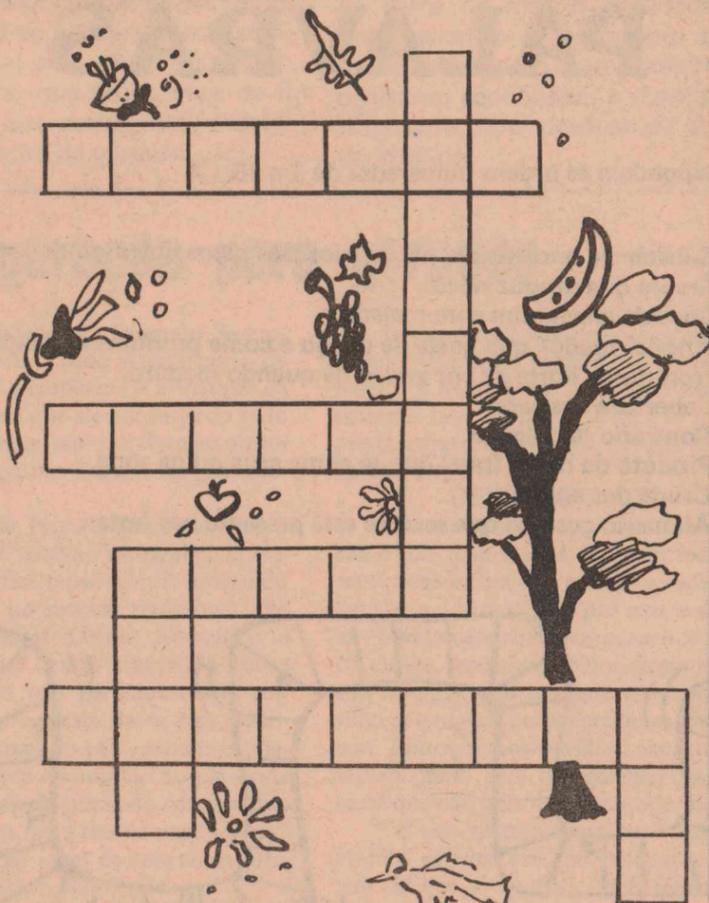


-trela + per +



-bo + s.

Escreva nos quadrinhos as palavras abaixo, de acordo com o número de letras.



ÁRVORE AVE BORBOLETA
 QUINTAL FRUTA
 FLOR NATUREZA

Querido leitor!
 Decifre o texto enigmático
 e envie para o Cotrisol
 Rua das Chácaras, 1513 . C.P. 111 - NUI - RS.



NHAMM

**ESTE SANDUÍCHE É ÓTIMO
 PARA A SUA MERENDA**

- Ingredientes. - 2 fatias de pão;
 - 1 banana-nanica;
 - 2 fatias de queijo;
 - manteiga e mel.

Modo de fazer: Passe a manteiga e depois o mel nas duas partes do pão. Coloque uma fatia de queijo de cada lado com a banana em fatias finas no meio.

Húm! nhámm... que delícia!

É BOM LEMBRAR DISSO!...



Muitas pessoas pensam que estão bem alimentadas porque comem muito. Mas nem sempre isto é verdade. Nem sempre quem come mais se alimenta melhor. O importante é saber comer e para isso é bom que você saiba alguns detalhes.

Além de conhecer o valor nutritivo dos alimentos, é preciso que você saiba alguns conceitos de bons hábitos na hora em que for comer.

Procure fazer suas refeições em horário certo e evite lambiscar fora de hora. Isto dificulta sua digestão e atrapalha seu apetite. Coma sem pressa, mastigando e ingerindo lentamente.

Lembre-se: é na boca que se inicia o longo processo da digestão.

Sabendo que não existe um alimento completo, é preciso que você coma todos os dias um alimento de cada um desses grupos:

- grupo do leite: leite, queijo e iogurte;
- grupo das carnes e leguminosas: peixes, ovos, carne, frango, feijão e soja;
- grupo das hortaliças e frutas: verduras, legumes e frutas;
- grupo do pão e cereais: pão, macarrão, farinhas;
- grupo adicional: açúcar e gorduras: açúcar, mel, melado, margarina, óleo e manteiga.

É importante que você varie sua alimentação para que possa, dessa maneira, ter um crescimento adequado e boa saúde.

Você vai à escola e leva a merenda. É importante que você saiba que a merenda tomada na escola não substitui as refeições que você tem na sua casa. Mesmo que você traga alguma coisa de casa, procure comer a merenda pois ela é feita especialmente para você, com todo o carinho.

Você pode perguntar: para quem serve a merenda? Saiba, então, que as crianças que tomam merenda todos os dias têm maior facilidade para aprender as lições, crescem mais rapidamente e melhor; são mais alegres e espertas.

Só mais dois lembretinhos:

- lave as mãos antes das refeições, pois enquanto você estuda e brinca, elas vão ficando sujas;

- após as refeições, escove bem direitinho os dentes para evitar cáries.

Ah! E não esqueça de lembrar sua mamãe para comprar ou colher as frutas, verduras e legumes da época. São sempre mais baratos e de melhor qualidade. Quem ainda não fez seu pomar e sua horta em casa, faça logo.

Assim, você poderá se alimentar bem, sem precisar gastar muito!

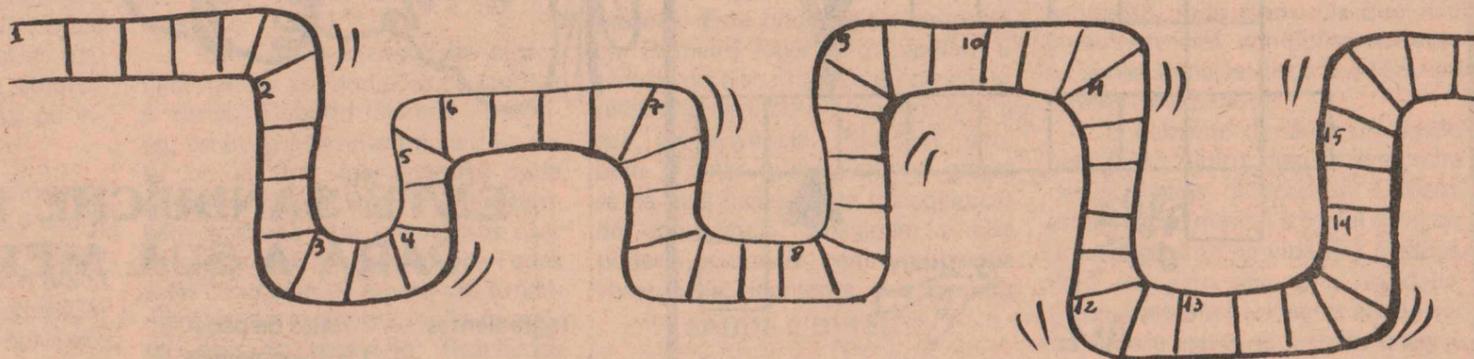
SEQUÊNCIA DE PALAVRAS

Preencha os espaços vazios com palavras que correspondem às ordens numeradas de 1 a 15. As últimas letras de cada palavra iniciam a próxima.

- 1 - Raiz que serve de alimento que aprendemos com os índios.
- 2 - Animal usado para transporte.
- 3 - Proteção para cobrir produtos agrícolas.
- 4 - Creme de leite usado para passar no pão.
- 5 - Animal que tem uma casca dura e mora em toca.

- 6 - Substância encontrada no interior dos ossos que a gente come.
- 7 - Árvore que produz nozes.
- 8 - Doce de amendoim com melado.
- 9 - Animal roedor que gosta de queijo e come produtos no galpão.
- 10 - Produto da horta de cor vermelha quando maduro.
- 11 - Cobertura das casas.
- 12 - Contrário de salgado.
- 13 - Produto da horta (raiz) que se come crua ou na sopa.
- 14 - Cauda dos animais.
- 15 - Alimento gostoso que sempre está presente nas festas.

Vamos tentar?



1 - mandioca, 2 - canoa, 3 - laranja, 4 - nata, 5 - leite, 6 - tutano, 7 - noqueira, 8 - rapadura, 9 - rato, 10 - tomate, 11 - feijão, 12 - doce, 13 - canoa, 14 - rato, 15 - bolo.

Resposta:

EDUCAÇÃO

COMUNIDADE – FAMÍLIA – ESCOLA
Elaborado pelo Centro de Educação/Fidene

APRESENTAÇÃO

É muito comum as pessoas iniciarem a sua conversa desta maneira:

– Bom-dia compadre, como tem passado?

– De saúde vou indo bem. É o que importa, no mais a gente se vira.

– É isso aí, quem tem saúde tem tudo...

De fato, a saúde é uma das coisas mais importantes que temos e é preciso conservá-la. É preciso evitar a doença através da promoção da saúde, e isto é possível de acontecer se tivermos uma boa alimentação, vivermos num ambiente livre de poluições e adotarmos os cuidados necessários à preservação do nosso corpo.

Foi pensando nesta questão fundamental de nossas vidas é que dedicamos a maior parte desta edição do Suplemento de Educação ao assunto. Contamos para isto, com a valiosa contribuição do Centro de Ciências da Saúde-Fidene.

No artigo "Por que promover a saúde?" é destacada a necessidade de pensarmos a saúde não apenas nos seus aspectos curativos, mas principalmente de promovê-la e protegê-la. Para isto, considera-se necessária a participação comunitária através de entidades e associações. O pessoal que trabalha com nutrição neste mesmo Centro, procurou, ao falar sobre "A importância de uma alimentação correta", mostrar que somente comer não basta, é preciso comer adequadamente. A vacinação também deve merecer a nossa atenção como uma ação preventiva. Publicamos para orientação de todos, um esquema de vacinas a ser observado pelas pessoas em geral. "Enfermagem hoje" e "Nós, os enfermeiros" são os dois artigos que completam as matérias elaboradas pelos professores e alunos do Centro de Ciências da Saúde.

Nós da redação deste suplemento também resolvemos emitir uma opinião sobre este assunto e escrevemos: A saúde sem remédio. Para completar, extraímos do livro Caminhos... volume III, editado pela Fidene, a trova "Desafio da flora e a medicina".

"Educação rural em destaque" é o assunto que complementa o conteúdo desta edição. Trata-se de uma breve notícia de algumas atividades que estão sendo desenvolvidas neste setor.

No mais, desejamos muita SAÚDE para todos.

POR QUE PROMOVER A SAÚDE?

A problemática da saúde se constitui num dos mais importantes desafios com que nos deparamos atualmente à espera de urgentes soluções.

A falta de serviços essenciais de saúde que atinge a grande contingente da população brasileira, aliado à precariedade das condições de vida da população, fez com que se promovesse amplo debate em torno do Sistema de Saúde no Brasil.

Atualmente, muitos países do mundo, estão tentando organizar seus serviços de saúde, dada à comprovação da ineficiência dos serviços existentes. Entre esses o Brasil é um deles.

Como sabemos, os serviços de saúde nos países em desenvolvimento, assim como ocorre nos países mais desenvolvidos, têm destinado a maior parte de seus esforços e recursos disponíveis para proporcionar serviços curativos individualizados. Assim mesmo tais serviços são oferecidos a apenas algumas camadas da população. Os serviços de assistência curativa, por melhores que sejam, têm efeito temporário na saúde se as causas básicas não forem tratadas na origem. Podem atenuar os efeitos das moléstias, mas nem sempre reduzem sua incidência.

E o resultado é o paradoxo do círculo vicioso já muito conhecido, da grande ênfase à instalação de hospitais em países onde benefícios da assistência hospitalar são anulados com o retorno dos pacientes, após a alta, para o mesmo ambiente desfavorável de onde procedeu.

Surge, pois, a imperiosa necessidade de se pensar em saúde, não mais apenas sobre os aspectos curativos a ela relacionados, mas principalmente nos seus aspectos de promoção e proteção.

Na busca de novos caminhos para a saúde, os fatores educação para a saúde e a participação comunitária se constituem em elementos indispensáveis.

E para isso é necessário reestruturarmos nossa mentalidade em relação à saúde, retomarmos o seu significado.

Os níveis de saúde de uma população não são devidos apenas aos

fatores de maiores investimentos em serviços de saúde, à utilização de tecnologia de tratamento ou diagnóstico dispendiosos, ou ao grande consumo de medicamentos, ou ainda à existência de maior proporção de profissionais da área de saúde por habitante. Contam ainda aqueles fatores que dizem respeito às condições adequadas de alimentação, meio ambiente satisfatório, adoção de comportamentos favoráveis à preservação da saúde. É claro que esses fatores envolvem as condições sócio-econômicas das populações. É o poder primordial desencadeante de todos os outros. Isto, porém, não invalida os esforços no sentido de modificarmos nossos hábitos e atitudes do dia a dia.

Para que isto aconteça é necessário que o indivíduo e o seu grupo social se preparem educacionalmente. Aí é necessária a organização de mecanismos sociais que dêem ao indivíduo isolado e a seus grupos familiares e comunitários, perspectivas de defesa de sua saúde.

Esta organização pode ocorrer no momento em que os indivíduos

procuram se reunir em sua associação de comunidade, de sindicato, de bairro, cooperativas, clubes de pais e mestres, para discutir assuntos como:

– que fatores influenciam na nossa saúde?

– como está a água que estamos tomando?

– como devemos proceder ao utilizarmos defensivos agrícolas?

– como podemos enriquecer nossa alimentação através de horta, pomar, criação de pequenos animais?

– o que estamos fazendo para preservarmos nosso meio ambiente?

Iniciar a discussão dos problemas comuns sentidos pela comunidade, como os exemplos levantados, é o primeiro passo para se propor soluções e realizar um levantamento dos próprios recursos da comunidade. Estes certamente servirão para minimizar os agravos à saúde, conseqüentemente melhorando o nível de vida da população.

Centro de Ciências da Saúde
FIDENE – IJUI



Saúde entendida como promoção e proteção

DESAFIO DA FLORA E A MEDICINA

1. Meu amigo e companheiro por aqui temo chegando, se tu quer cantar comigo então vá se apresentando, e se tá com alguma dor hoje eu vô te curando.

2. Hoje tu vai me curando, meu amigo está na lista, eu canto mesmo de fato e sou grande rentista, é que estou me tratando com médico especialista.

1. Com médico especialista, não preciso dele não, uso remédio caseiro feito pela minha mão: cidreira acalma os nervos e as falhas do coração.

2. E as falhas do coração tu precisa um cardiograma faça isso mui depressa, não é só com chá de grama, pois a nossa medicina fez transplante e tem fama.

1. Faz transplante e tem fama, mas morre com pouca idade, índio toma charopada, sempre tem felicidade laça boi xucro no campo e namora na cidade.

1.2. E namora na cidade, meu amigo tem razão tanto o homem da cidade como o guasca do rincão temo tudo embrulhado numa só complicação.

1.2. A medicina é avançada, tem grande composição. A flora medicinal não deixa de dá uma mão. Quem estraga a saúde é a tal da poluição.

A SAÚDE DE UMA ALIMENTAÇÃO CORRETA



Sem alimentação não há saúde e...

Os dois pilares da sobrevivência são a alimentação e a saúde. Sem alimentação não há saúde e sem saúde é difícil se alimentar.

A alimentação influi diretamente sobre o indivíduo, principalmente em relação à saúde, sua capacidade de trabalhar, estudar, pensar, enfim, qualquer atividade que dependa de esforço muscular e cerebral.

Sendo assim, cuidar da alimentação é cuidar de uma necessidade básica do homem que tem uma importância primordial na sua sobrevivência. Saber se alimentar de acordo com suas necessidades significa "comer para viver" e não "viver para comer".

Todo o ser humano necessita de uma alimentação nutritiva, bem escolhida e bem preparada.

Todos os alimentos são portadores de vários elementos que vão servir para a nutrição do organismo. Alguns alimentos possuem

maior quantidade de nutrientes, outros menos, mas todos eles são formados mesmo em pequenas porções, por fatores que são chamados substâncias nutritivas.

As substâncias nutritivas, ou nutrientes, são substâncias químicas, orgânicas ou minerais contidas nos alimentos capazes de entrar na constituição celular a fim de proporcionar-lhe um perfeito funcionamento. Esses nutrientes são as proteínas, gorduras, hidratos de carbono, sais minerais, vitaminas e água.

Cada nutriente desempenha uma função específica no organismo. Como nem todos os alimentos possuem os nutrientes em proporções adequadas para suprir as exigências básicas do organismo, torna-se necessária uma alimentação diversificada.

Aconselha-se que diariamente a pessoa deva ingerir um alimento de cada grupo que veremos a seguir:

1º GRUPO — LEITE E DERIVADOS: Os alimentos deste grupo são de origem animal. São ricos em proteínas, cálcio e vitaminas. Funcionam no organismo fornecendo o cálcio para os nossos ossos e dentes, proporcionando resistência contra doenças.

O leite pode ser substituído por queijo, requeijão ou iogurte.

2º GRUPO — CARNE E OVOS: Os alimentos deste grupo são de origem animal. São ricos em proteínas, têm elevado teor de vitaminas e fósforos. Agem no nosso organismo como formadores dos tecidos, ossos e regulam as funções orgânicas.

Fazem parte deste grupo as carnes, vísceras, peixe, aves e ovos.

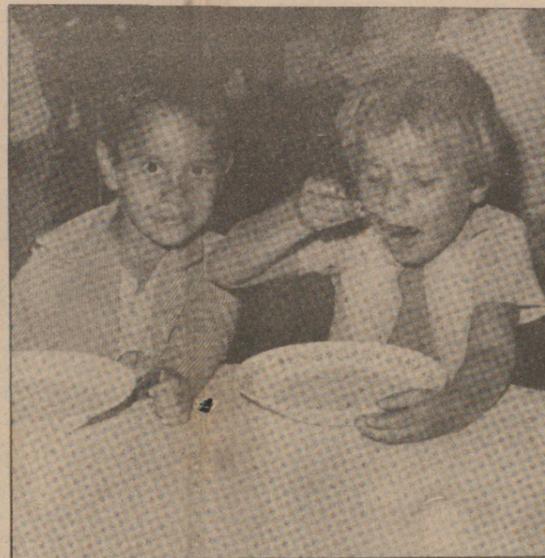
3º GRUPO — FRUTAS E VERDURAS: Os alimentos deste grupo são de origem vegetal. São ricos em vitaminas e sais minerais. Funcionam no nosso organismo como reguladores das funções orgânicas. São consi-

derados neste grupo todas as frutas e verduras.

4º GRUPO — CEREAIS: Os alimentos deste grupo são de origem vegetal. São ricos em hidratos de carbono e proteínas de origem vegetal. Agem no nosso organismo nos fornecendo energia e calor necessários à vida. Ex.: arroz, trigo, milho, etc.

Nossa alimentação deve ser "suficiente" para manter as exigências calóricas do organismo e manter o equilíbrio em suas proporções. Deve ser "completa" em sua composição para oferecer ao organismo — que é uma unidade indivisível — todas as substâncias que o integram. Deve ser "harmônica" de modo que as quantidades dos diversos nutrientes que integram a alimentação, guardem uma relação de proporção entre si. E, deve ser "adequada" ao organismo.

Desta forma uma alimentação correta é uma garantia para a nossa saúde.



... sem saúde é difícil de se alimentar

NÓS, OS ENFERMEIROS

A primeira Escola de Enfermagem foi criada em 1820, em Londres, por Florence Nightingale.

Florence estudou na Europa Continental. Viajou pela Alemanha, Itália, França e Egito conhecendo as organizações hospitalares mais importantes e interessando-se nas condições dos serviços sanitários adaptados nesses países. Não satisfeita, buscou na prática aprender os cuidados com os enfermos. Isto ela fez em um curso realizado na Alemanha, estudando também métodos hospitalares em Londres, Paris e Edimburg.

E foi assim que criou, anexo ao hospital Santo Tomas, de Londres, uma escola modelo de preparação para enfermeiros. Florence dirigiu pessoalmente a escola até 1908 quando, ao completar 88 anos, foi agraciada pelo governo Britânico com a Ordem do Mérito e o título de cidadã honorária da capital inglesa.

Florence escreveu vários livros expondo suas experiências e normas adaptadas para maior organização e desempenho da enfermeira.

Ficou conhecida em seu país

como a "dama da lâmpada". Isto porque quando iniciou a guerra de Criméia, Florence se inscreveu como ajudante do corpo de voluntários para cuidar dos feridos. E a lâmpada, que muitas vezes usou para visitar aos enfermos durante a guerra, foi adaptada como símbolo da Enfermagem, significando o zelo e a dedicação que estes profissionais devem apresentar a si mesmos em situações difíceis.

Florence foi uma das pessoas a iniciar um trabalho que se desenvolveu e que continua a crescer.

E a partir do momento que nós, seres humanos, com todas as nossas dimensões, potencialidades e restrições, alegrias e frustrações, decisões, e assim por diante, nascemos e crescemos, com a Enfermagem, necessitamos receber conhecimentos, habilidades e formação de enfermeiros. É o que nos vem sendo transmitido desde 1980 quando passamos a fazer parte da 1ª Turma de Enfermagem e Obstetrícia do Centro de Ciências da Saúde — FIDENE.

É através desse ensino dado, pela teoria e pela prática da Enfermagem, no campo da saúde preventiva, que somos desafiados a aceitar maiores responsabilidades, a agir com independência, a tomarmos decisões, para num crescente esforço adquirirmos competência e perícia clínica na assistência ao indivíduo que enfrenta problemas de saúde.

A arte da Enfermagem é extensa, o assunto é vasto, e não se mede o valor da vida humana. Eis porque o estudo de Enfermagem é tarefa de toda uma vida.

Assim, à medida que nós aceitamos o maior dos desafios e nos empenhamos na mais gratificante das tarefas, promovendo, recuperando e reabilitando, nasce a esperança de ver aumentada e ampliada a assistência à saúde, com a colaboração mútua de todos os profissionais da área de saúde. Desempenhamos nós o papel de enfermeiros, um serviço de envolvimento vital com as pessoas.

Alunos do Curso de Enfermagem Turma 80

ENFERMAGEM HOJE

A apreciação histórica dos fenômenos que nos rodeiam revelam que o homem acumulou grande número de conhecimentos que produziram grandes transformações em todos os campos da ciência. No campo da saúde é uma realidade a existência de consideráveis progressos. A enfermagem, não sendo estática, também sofreu influência desse progresso, tanto no campo do ensino como na atividade profissional em si.

Até poucos anos atrás, a maior parte de suas atividades destinavam-se a procedimento curativos individualizados, na maioria das vezes através de entidades beneficentes e caritativas. A partir disto foram criados modelos da imagem do Enfermeiro tais como "Anjo Branco", personificando o papel do profissional abnegado, mas muitas vezes distanciado da realidade que o rodeava e das mudanças que estavam ocorrendo. Isto era reforçado por todo o complexo de assistência à saúde, que direcionava-se quase que exclusivamente ao tratamento das

doenças, traduzido por práticas hospitalares, o que nem sempre reduzia a incidência das mesmas doenças, visto que o paciente retornava ao mesmo ambiente desfavorável de onde procedera.

Este tipo de assistência voltada para práticas curativas, pouco a pouco foi cedendo lugar a uma enfermagem mais abrangente e ao mesmo tempo científica. Muito contribuiu para isso a evolução das ciências sociais e biológicas, bem como o desenvolvimento da sociedade em si. Estas mudanças criaram novas necessidades, trazendo como consequência uma ampliação do seu campo de atuação em que o objeto de sua assistência não é mais apenas o indivíduo doente, mas o indivíduo, família e comunidade. Foram eliminadas também as divisões entre saúde e doença, atuando portanto na promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde.

COMPROMISSO SOCIAL
Foi neste contexto que o enfermeiro passou a repensar seu papel e assumir cada

vez mais o seu compromisso social, procurando estruturar sua formação e atividades profissionais de modo a responder: que tipo de profissional a sociedade requer hoje para atender as necessidades básicas da população, em termos de assistência de enfermagem?

Foi assim que as transformações pelas quais passou a Enfermagem, desde Florence até hoje, devem-se em parte às transformações sociais ocorridas num contexto global. Outra causa deve-se ao empenho das associações, conselhos e entidades de classe criadas, bem como dos cursos de graduação em Enfermagem, em atender a realidade atual.

Hoje é quase impossível prosseguir em programas de ensino alienados de uma postura firme quanto à participação dos enfermeiros nos diferentes níveis de assistência, sobretudo na assistência primária de saúde.

É este um vasto e fértil campo que se abre para a Enfermagem, visto que a assistência primária consiste em estender serviços de saúde a toda população através de cuidados básicos, ou seja, ações simples que dispensam tecnologia sofisticada, aliando-se a efetiva participação da comunidade na discussão e resolução de seus problemas. Hoje sabemos que cerca de 80 por cento dos problemas de saúde podem ser resolvidos por cuidados básicos. É o consenso das nações que somente a assistência primária possibilitará a que todos os povos tenham acesso aos serviços de saúde.

A par disso continuam responsáveis pela maior absorção de enfermeiros as áreas destinadas à assistência mais tradicional de Enfermagem, como hospitais e INAMPS. Também nesta área, é preocupação constante dos enfermeiros a implementação de uma metodologia progressivamente mais científica, aprimorando cada vez mais o nível de assistência ao cliente.

Centro de Ciências da Saúde

VACINAR É PREVENIR

É inaceitável atualmente que, a cada ano, se perca elevado número de vidas, no período da infância; vidas que se perdem por enfermidades transmissíveis, quando podemos contar com recursos eficazes e de baixo custo como os agentes imunizantes, ou seja, as vacinas.

A imunização protege o indivíduo, dando-lhe maior resistência frente às doenças.

Proteger a criança nos seus primeiros anos de vida constitui responsabilidade não apenas dos serviços de saúde, mas também dos pais.

Zelar para que nossos filhos cresçam sadios, protegidos destas enfermidades, é tarefa tão importante quanto prover alimentação, abrigo e educação.

Verifique se o seu filho está com o esquema de vacinação completo, de acordo com a idade.

Caso seu filho não tenha sido ainda vacinado, ou não tenha completado as vacinas, procure o Posto de Saúde mais próximo para proceder a vacinação e esclarecimentos que se fizerem necessários.

Vacina	Antipoliomielite (Sabin)	Tríplice (Difteria, Coqueluche, Tétano)	Sarampo	Caxumba	B C G	Rubéola	Antitética
Idade							
2 meses	1ª dose	1ª dose					
4 meses	2ª dose	2ª dose					
6 meses	3ª dose	3ª dose	1ª dose				
12 meses			2ª dose				
18 meses (meninos)				1ª dose			
18 meses	1º reforço	1º reforço					
25 meses	2º reforço	2º reforço					
6 a 7 anos					1ª dose		
7 a 10 anos (meninas)						1ª dose	
Após 6 anos (p/quem não tomou a tríplice)							3 doses a/intervalo de um mês. Reforço a cada 10 anos após a última dose.



O enfermeiro tem um compromisso social

EDUCAÇÃO RURAL EM DESTAQUE

O trabalho de educação em escolas localizadas no meio rural, tem sido uma preocupação constante de setores da Fidene e também da Cotrijuí. Deve-se inclusive, em grande parte, a esta preocupação, o surgimento deste suplemento de educação.

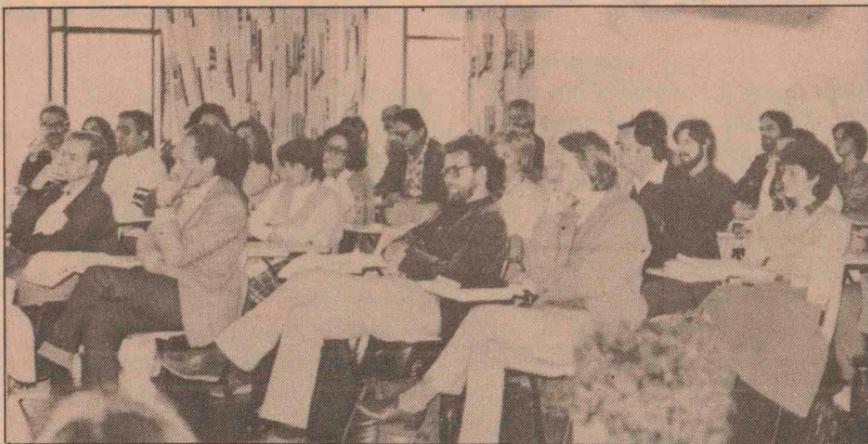
Todos nós sabemos das dificuldades e das deficiências existentes no ensino em geral. Sabemos também que estas dificuldades e deficiências sofrem um acréscimo em muitos aspectos se pensarmos nas escolas localizadas no interior. Poderíamos destacar aspectos relacionados com as condições de trabalho dos professores, que em muitos casos acumulam além das atividades de magistério, as funções de serventes, e diretores, isto sem pensar nos seus afazeres domésticos. A falta de recursos didáticos adequados à realidade e de uma melhor preparação intelectual dos professores, aliada à existência de classes unidocentes (várias séries de alunos numa mesma sala) dificultam ainda mais a eficiência do ensino na área rural.

Foram exatamente estes e outros problemas, que levaram a Fidene e a Cotrijuí a desenvolverem juntamente com as prefeituras municipais o PAPR (Projeto de Assessoria aos Professores Rurais). Este projeto foi um trabalho desenvolvido em municípios da região, visando principalmente a definição de uma metodologia de ensino que indicasse os caminhos possíveis para a solução destes angustiantes entraves.

O TRABALHO PRÁTICO

Achamos oportuno e até mesmo necessário informar aos leitores do Cotrijornal, principalmente aos associados da Cotrijuí, sobre o que está acontecendo atualmente com os resultados deste trabalho que teve o apoio e a participação deste quadro social.

Passados quase um ano de sua conclusão, o Projeto de Assessoria aos Professores Rurais certamente deve ter influído em muito na educação dos filhos dos agricultores re-



Nossa experiência foi contada num seminário nacional de pesquisadores e educadores

sidentes nos municípios atingidos. Infelizmente não podemos fornecer no momento uma avaliação precisa do andamento deste trabalho, dos resultados produzidos em termos de mudanças na qualidade da ação da escola. Esta avaliação deverá ocorrer oportunamente com a participação dos alunos, pais, professores rurais, equipes das prefeituras, da Fidene e da Cotrijuí.

Há no entanto, algumas notícias que gostaríamos de transmitir sobre o que vem sendo atualmente realizado. No oeste paranaense desenvolveu-se em abril de 1982, qua-

tro cursos (40 horas/aula cada um) nos quais a preocupação central foi a de estudar a realidade daquela região com a finalidade de elaborar um material didático a ser utilizado em escolas do meio rural. Participaram os municípios de Medianeira, Cascavel, Toledo, Marechal Cândido Rondon e Palotina, nos quais, para a nossa satisfação, encontramos um grande número de gaúchos. Este projeto é promovido pela ASSOESTE (Associação Educacional do Oeste do Paraná), e tem o patrocínio do Projeto Multinacional MEC/OEA.

No período de 24 a 28 de



No Paraná a preocupação em estudar a realidade da região

maio desenvolveu-se numa promoção do PRODEME/SE (Programa de Municipalização do Ensino da Secretaria da Educação), um treinamento intitulado — Aula Integrada — uma proposta metodológica. As colegas Lori Grison e Dollair Callai expuseram durante trinta e oito horas/aula, as idéias surgidas nos cursos realizados na região noroeste do Estado, em especial nos municípios de Chiapetta, Coronel Bicaco e Miraguai. Estavam presentes supervisores do ensino e professores rurais representando trinta e dois municípios, oito delegacias de ensino, o Departamento de Educação Especial e o Prodeeme.

SEMINÁRIO NACIONAL

Ijuí foi escolhido para sediar o seminário sobre pesquisa e educação no meio rural promovido pelo INEP (Instituto Nacional de Ensino e Pesquisa). A realização deste seminário oportunizou a participação de pesquisadores e educadores de todo o Brasil. Um dos trabalhos aí apresentados pela Fidene, foi novamente a experiência desenvolvida juntamente com os professores rurais de nossa região.

Temos ainda a destacar a participação da Fidene no seminário sobre unidocência no meio rural, realizado em Santo Ângelo em junho do corrente ano. Neste seminário promovido também pelo PRODEME/SE tivemos mais uma vez a oportunidade de expor e debater sobre o trabalho por nós desenvolvido.

Em todos estes locais onde apresentamos e debatemos sobre os conhecimentos adquiridos durante o PAPR, obtivemos uma grande receptividade. Constata-se que as propostas elaboradas de fato atingem os problemas mais agudos enfrentados pelo nosso ensino, evidenciando o muito pouco que se faz e o muito que se precisa fazer em todo o nosso Brasil, no sentido de encontrarmos as alternativas viáveis e conseqüentes para o ensino nas escolas interioranas.

SAÚDE SEM REMÉDIO

O homem tem na saúde uma de suas condições de sobrevivência. A Organização Mundial da Saúde define saúde como "bem-estar físico, mental e social e não simplesmente a ausência de doença ou invalidez".

Para que as pessoas consigam ter Saúde, necessário se faz o suprimento de algumas condições básicas de vida. Em primeiro lugar é preciso uma alimentação condizente. Comer, é essencial para a própria sobrevivência. Mas somente comer não basta, precisamos de alimentos sadios e adequados ao organismo de cada pessoa. É diferente, por exemplo, o tipo de alimentação a ser consumido por uma criança nos primeiros anos de vida e por uma pes-

soa adulta, por um trabalhador braçal e por um trabalhador intelectual.

Uma outra necessidade básica para manter as condições de saúde é o abrigo. Quando falamos em abrigo, estamos nos referindo a uma casa ou a um apartamento onde possamos morar. Referimo-nos também a roupa que precisamos usar para proteger o nosso corpo. Todas estas condições de abrigo são fundamentais para a manutenção da saúde, pois do contrário, ficaríamos expostos ao frio, ao calor ou chuva e isto, em demasia, certamente provocará doenças.

Há ainda um terceiro elemento indispensável para manter a "máquina humana" em bom estado de

funcionamento. Trata-se da vida em grupo, da convivência com as outras pessoas. Esta convivência acontece em primeiro lugar pelo trabalho. É através do trabalho que o homem se relaciona para buscar na natureza a sua sobrevivência. Podemos também afirmar que a vida em grupo se dá pela necessidade (psicológica) de convivência. Imaginem o que poderia acontecer com uma pessoa vivendo isoladamente dos demais.

SAÚDE É DIREITO

O gozo pleno da saúde é um direito de todo o ser humano. Em nossa sociedade nem todos os indivíduos usufruem deste direito. A satisfação das necessidades básicas à manutenção da saúde depende das condições sociais e econômicas das

pessoas. Quem tiver condições de adquirir alimentos e de possuir uma habitação tudo bem. Os que não possuem esta condições sofrerão as conseqüências disto também em termos de sua saúde.

O conceito de saúde divulgado pela OMS muito bem se enquadra nestas nossas colocações. O bem-estar físico, mental e social deve ser uma constante na vida das pessoas. Para que isto seja uma realidade, precisamos simplesmente encontrar formas de assegurar a todos o suprimento das necessidades básicas destacadas neste artigo. Esta é uma tarefa que não depende somente dos profissionais da medicina e do consumo de remédios, mas sim, da organização da sociedade em que vivemos.